



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Vice-Presidência do Governo

Emprego e Competitividade Empresarial

Direção Regional de Organização e Administração Pública

# ***Relatório das Finanças Locais de 2011***



***Região Autónoma dos Açores***

## ÍNDICE

0. INTRODUÇÃO .....	5
1. O SECTOR LOCAL NA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES .....	6
1.1. Caracterização Geral .....	6
2. ANÁLISE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DOS MUNICÍPIOS .....	11
2.1. Grau da Execução Orçamental em 2011 .....	11
2.2. Execução Financeira Global – 2009/2011 .....	14
2.3. Estrutura e Evolução das Receitas .....	15
2.3.1. Receitas próprias.....	19
2.3.2. Fundos do Orçamento do Estado .....	22
2.3.3. Fundos Comunitários .....	22
2.3.4. Transferências do Governo Regional .....	23
2.3.5. Outras transferências .....	24
2.3.6. Empréstimos .....	24
2.4. Estrutura e Evolução das Despesas.....	25
2.4.1. Pessoal .....	27
2.4.2. Aquisição de bens .....	29
2.4.3. Aquisição de serviços .....	30
2.4.4. Juros .....	31
2.4.5. Transferências correntes e subsídios à exploração ao Setor Empresarial Local (SEL) .....	32
2.4.6. Investimento .....	33
2.5. Plano Plurianual de Investimentos (PPI).....	38
3. ANÁLISE FINANCEIRA, ECONÓMICA E PATRIMONIAL DOS MUNICÍPIOS .....	40
3.1. Componentes do Balanço e da Demonstração de Resultados dos Municípios.....	40
3.1.1. Análise das Componentes da Demonstração de Resultados.....	40
3.1.1.1. Os custos e proveitos nos diversos municípios .....	42
3.1.2. Análise das Componentes do Balanço .....	45
3.1.2.1. Ativo .....	48
3.1.2.2. Passivo .....	51
3.1.2.3. Fundos Próprios .....	57
3.1.3. Rácios do Balanço e da Demonstração de Resultados .....	57

<b>4. ENDIVIDAMENTO .....</b>	<b>61</b>
<b>4.1. Evolução do Endividamento Municipal .....</b>	<b>61</b>
<b>4.1.1. Endividamento Líquido .....</b>	<b>63</b>
<b>5. FREGUESIAS .....</b>	<b>67</b>
<b>5.1. Receitas das Freguesias em 2011 .....</b>	<b>67</b>
<b>5.2. Despesas das Freguesias em 2011 .....</b>	<b>69</b>
<b>6. SÍNTESE DA ADMINISTRAÇÃO LOCAL - 2011 .....</b>	<b>71</b>
<b>7. CONCLUSÃO .....</b>	<b>76</b>

## 0. INTRODUÇÃO

A Direção Regional de Organização e Administração Pública (DROAP), no âmbito das competências que lhe são atribuídas na área das finanças locais, elabora anualmente um relatório sobre a situação financeira das entidades da administração local na Região Autónoma dos Açores (RAA), na sequência da análise dos respetivos documentos de prestação de contas.

O presente documento apresenta, no início, uma caracterização geral das autarquias dos Açores e, no segundo capítulo, os aspetos mais relevantes da execução orçamental nos vários setores da administração local – municípios, associações de municípios e freguesias – com uma maior ênfase nos municípios e respetivos serviços municipalizados, já que são responsáveis por 91% dos 227 milhões de euros gastos em 2011 por toda a administração local da RAA. São evidenciadas as receitas e as despesas, bem como a sua estrutura e evolução nos últimos anos.

No terceiro capítulo, sobre a situação patrimonial, é dado um especial destaque ao Passivo e a uma das suas componentes, o endividamento, que merece uma análise pormenorizada em capítulo próprio. Aí é evidenciado que a dívida global dos municípios diminuiu pelo segundo ano consecutivo, tendo havido uma redução de 11% em relação a 2009, o que significa que as políticas e esforços conducentes à redução do endividamento de todo o setor público têm surtido resultados, no caso da administração local da RAA.

São também analisadas as componentes do Ativo, onde sobressai o imobilizado corpóreo, com um peso relativo da ordem dos 89%, bem como os proveitos e custos do exercício de 2011 e a sua influência nos resultados líquidos.

Por fim, são analisadas de forma global as receitas e despesas das freguesias, o papel das transferências dos municípios e do Governo Regional como fontes de financiamento das suas despesas, as áreas de investimento prioritárias, despesas de pessoal e outros encargos de funcionamento, etc.

O DIRETOR REGIONAL

Victor Jorge Ribeiro Santos

## 1. O SECTOR LOCAL NA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

### 1.1. Caracterização Geral

A definição de Município aparece, pela primeira vez, no artigo 38.º da Lei n.º 77/79, de 25 de Outubro (Lei sobre atribuições das Autarquias Locais), como «a pessoa colectiva territorial, dotada de órgãos representativos, que visa a prossecução de interesses próprios da população na respetiva circunscrição».

Atualmente existem na Região Autónoma dos Açores (RAA) 19 municípios, distribuídos pelas 9 ilhas do arquipélago.

**MAPA 1 – Municípios dos Açores, por ilha**



Os municípios podem ser categorizados em três dimensões:

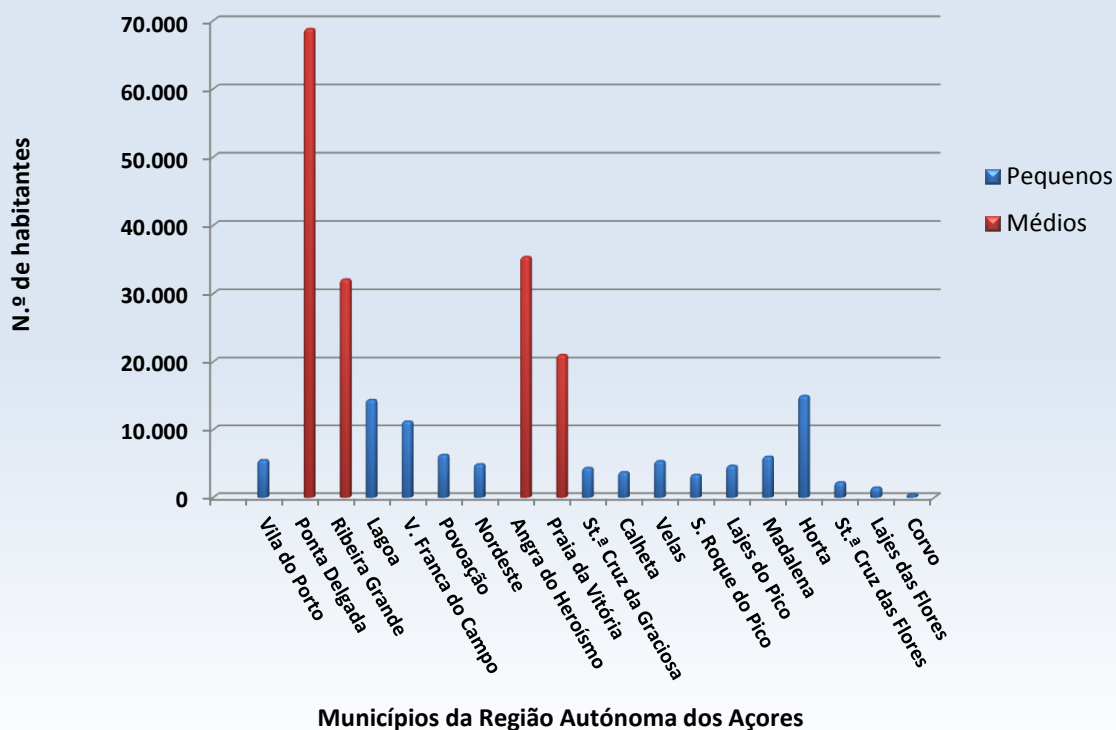
- **Pequenos** – com população menor ou igual a 20.000 habitantes;
- **Médios** – com população maior que 20.000 habitantes e menor ou igual a 100.000 habitantes;
- **Grandes** – com população maior que 100.000 habitantes.

Considerando estas dimensões, os municípios da RAA distribuem-se da seguinte forma:

Pequenos	Médios	Grandes
15 Municípios	4 Municípios	0 Municípios

Da análise do Gráfico 1, verifica-se que na RAA predominam os municípios de pequena dimensão e somente quatro municípios é que são de média dimensão (Ponta Delgada, Angra do Heroísmo, Ribeira Grande e Praia da Vitória).

**GRÁFICO 1 - Distribuição dos Municípios da RAA, por dimensão populacional**



Por outro lado, no que respeita à densidade populacional e agrupando os municípios por ilhas, o quadro seguinte mostra que é nas ilhas de São Miguel e Terceira que está concentrada a maior parte da população, representando 78,7% da população do arquipélago dos Açores (55,9% em São Miguel).

### QUADRO 1 - Caracterização da Administração Local na Região Autónoma dos Açores - 2011

Ilha	Concelho	População 2011	Área (km2)	Hab/ Km2	N.º de Freguesias	Área média das Freguesias - km2	Média de Habitantes por Freguesia	Serviços Municipalizados	Sector Empresarial Local (SEL)	
									EIM*	EM**
Santa Maria	VPT	5.552	96,9	57,3	5	19,4	1.110			1
		<b>5.552</b>	<b>96,9</b>	<b>57,3</b>	<b>5</b>	<b>19,4</b>	<b>1.110</b>			<b>1</b>
São Miguel	PDL	68.809	233,0	295,3	24	9,7	2.867	1		6
	RGR	32.112	180,2	178,2	14	12,9	2.294		1	2
	LAG	14.416	45,6	316,1	5	9,1	2.883			1
	VFC	11.229	78,0	144,0	6	13,0	1.872			4
	POV	6.327	106,4	59,5	6	17,7	1.055			2
	NRD	4.937	101,5	48,6	9	11,3	549			2
		<b>137.830</b>	<b>744,7</b>	<b>185,1</b>	<b>64</b>	<b>11,6</b>	<b>2.154</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>17</b>
Terceira	AGH	35.402	239,0	148,1	19	12,6	1.863	1	1	1
	PVT	21.035	161,3	130,4	11	14,7	1.912			2
		<b>56.437</b>	<b>400,3</b>	<b>141,0</b>	<b>30</b>	<b>13,3</b>	<b>1.881</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>3</b>
Graciosa	SCG	4.391	60,7	72,3	4	15,2	1.098			1
		<b>4.391</b>	<b>60,7</b>	<b>72,3</b>	<b>4</b>	<b>15,2</b>	<b>1.098</b>			<b>1</b>
São Jorge	CAL	3.773	126,3	29,9	5	25,3	755			
	VEL	5.398	117,4	46,0	6	19,6	900			1
		<b>9.171</b>	<b>243,7</b>	<b>37,6</b>	<b>11</b>	<b>22,2</b>	<b>834</b>			<b>1</b>
Pico	SRP	3.388	142,4	23,8	5	28,5	678			1
	LPC	4.711	155,3	30,3	6	25,9	785			1
	MAD	6.049	147,1	41,1	6	24,5	1.008			1
		<b>14.148</b>	<b>444,8</b>	<b>31,8</b>	<b>17</b>	<b>26,2</b>	<b>832</b>			<b>3</b>
Faial	HRT	14.994	173,1	86,6	13	13,3	1.153			2
		<b>14.994</b>	<b>173,1</b>	<b>86,6</b>	<b>13</b>	<b>13,3</b>	<b>1.153</b>			<b>2</b>
Flores	SCF	2.289	70,9	32,3	4	17,7	572			1
	LFL	1.504	70,0	21,5	7	10,0	215			1
		<b>3.793</b>	<b>140,9</b>	<b>26,9</b>	<b>11</b>	<b>12,8</b>	<b>345</b>			<b>2</b>
Corvo	CRV	430	17,1	25,1						
		<b>430</b>	<b>17,1</b>	<b>25,1</b>		-	-			
TOTAIS		<b>246.746</b>	<b>2.322,2</b>	<b>106,3</b>	<b>155</b>	<b>15,0</b>	<b>1.592</b>	<b>2</b>		<b>32</b>

\* EIM - Empresa Intermunicipal

\*\* EM - Empresa Municipal

Para além das empresas municipais e intermunicipais e serviços municipalizados, o sector local compreendia em 2011 ainda as seguintes associações de municípios:

**QUADRO 2 - Associações de Municípios na Região Autónoma dos Açores - 2011**

ASSOCIAÇÕES DE MUNICÍPIOS	MUNICÍPIOS
Associação de Municípios da Região Autónoma dos Açores (AMRAA)	Todos os municípios da Região
Associação de Municípios da Ilha de São Miguel (AMISM)	Municípios de S. Miguel, com excepção do Nordeste
Associação de Municípios da Ilha das Flores (AMIF)	Municípios da Ilha das Flores
Associação de Municípios da Ilha do Pico (AMIP)	Municípios da Ilha do Pico

*A AMIF iniciou o processo de extinção em setembro de 2010, tendo este terminado em março de 2013*

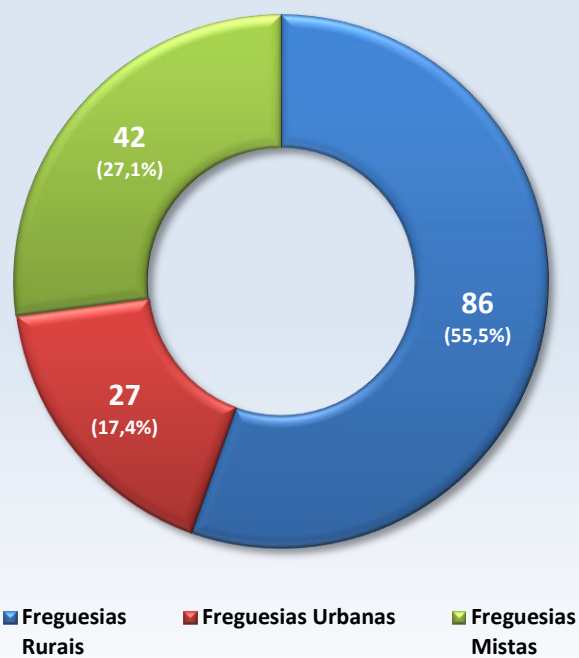
Ao relacionar urbanidade versus ruralidade das freguesias dos Açores verifica-se a significativa preponderância de freguesias rurais (86), as quais representam 55,5% do universo das freguesias açorianas. Em contraponto, as freguesias urbanas (27) representam 17,4% do total, ao passo que as restantes, as freguesias mistas (42) representam 27,1%.

**QUADRO 3 - Tipologia de Freguesias por Município**

MUNICÍPIO	Freguesias Rurais	Freguesias Urbanas	Freguesias Mistas	Total de Freguesias
VPT	4	0	1	5
PDL	3	8	13	24
RGR	7	4	3	14
LAG	0	2	3	5
VFC	2	3	1	6
POV	4	0	2	6
NRD	8	0	1	9
AGH	10	7	2	19
PVT	4	1	6	11
SCG	3	0	1	4
CAL	4	0	1	5
VEL	5	0	1	6
SRP	4	0	1	5
LPC	5	0	1	6
MAD	5	0	1	6
HRT	10	2	1	13
SCF	3	0	1	4
LFL	5	0	2	7
CRV	0	0	0	0
<b>Total - RAA</b>	<b>86</b>	<b>27</b>	<b>42</b>	<b>155</b>



**GRÁFICO 2 - Distribuição da Tipologia das Freguesias - RAA**



## **2. ANÁLISE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DOS MUNICÍPIOS**

### **2.1. Grau da Execução Orçamental em 2011**

Os quadros seguintes mostram a fiabilidade do processo de orçamentação dos municípios, sendo de salientar que o POCAL prevê (Ponto 3.3) regras para a orçamentação de receitas e despesas. Na receita, no caso das transferências de capital a receber dos fundos comunitários, o POCAL permite a inscrição das respetivas verbas mesmo antes das candidaturas estarem aprovadas, ficando todavia as dotações definitivamente afetadas às respetivas obras, o que significa que, caso as candidaturas não sejam aprovadas, não é possível transferir as dotações para outras rubricas da despesa. Como resultado, assiste-se normalmente a taxas de execução mais baixas nas receitas de capital e como consequência nas despesas de capital também.

Assim, em termos globais, o grau de execução das receitas correntes foi de 93,13%, mas o das receitas de capital apenas atingiu os 44,88%, sendo o do município de Santa Cruz das Flores o mais elevado (83,59%), seguido do município do Corvo (64,84%).

Nas receitas correntes, vários municípios (6) ultrapassaram os 100% de execução.

Nas receitas totais, verifica-se que nenhum município recebeu toda a receita que tinha previsto no orçamento, e falamos do orçamento versão final, com alterações e revisões. Destacam-se, pela positiva, o município de Santa Cruz das Flores, com uma taxa global de execução de 99,10%, e pela negativa, o do Nordeste, que não atingiu os 32% de execução, seguindo-se o de Vila Franca do Campo (48,56%).

Nas associações de municípios, a taxa de execução das receitas é em média inferior à dos municípios. Assim, e em termos globais, nas receitas correntes temos uma taxa de execução de 93% para os municípios e de apenas 56% para as associações, e nas receitas de capital as taxas são de 63% e 50%, respetivamente. A AMIF e a AMIP apresentam taxas baixas, relativamente às receitas de capital, em virtude de não terem recebido dos municípios associados as transferências de capital previstas. Já na AMRAA, não estando esta entidade vocacionada para a realização de investimentos, a taxa de execução de 0% nas receitas de capital não tem grande significado, uma vez que apenas previam receber 150 euros de transferências que não se concretizaram. Nas receitas correntes, verificou-se

um grau de execução de 70,5%, motivado essencialmente pelo facto da receita do jogo instantâneo ter atingido 82% do previsto.

Por outro lado, nos serviços municipalizados observou-se a maior taxa de execução (94% nas receitas totais).

#### QUADRO 4 - Execução Orçamental - RECEITA

Euros

	RECEITAS CORRENTES			RECEITAS DE CAPITAL			RECEITAS TOTAIS		
	Orçamento Corrigido	Execução	% de Execução	Orçamento Corrigido	Execução	% de Execução	Orçamento Corrigido	Execução	% de Execução
<b>MUNICÍPIOS</b>									
VPT	3.544.933	3.330.123	93,94%	2.975.605	1.601.986	53,84%	6.520.538	4.932.109	75,64%
PDL	29.722.000	26.689.697	89,80%	21.959.199	6.598.170	30,05%	51.681.199	33.287.866	64,41%
RGR	13.295.864	12.283.549	92,39%	22.738.379	9.296.717	40,89%	36.034.243	21.580.266	59,89%
LAG	7.462.722	6.504.881	87,16%	11.588.278	7.081.043	61,11%	19.051.000	13.585.924	71,31%
VFC	5.747.853	5.104.944	88,81%	38.600.407	16.431.910	42,57%	44.348.260	21.536.854	48,56%
POV	4.251.600	3.833.342	90,16%	6.376.120	3.613.609	56,67%	10.627.720	7.446.951	70,07%
NRD	3.529.188	3.092.780	87,63%	12.643.065	2.023.954	16,01%	16.172.252	5.116.734	31,64%
AGH	9.661.735	10.255.915	106,15%	15.358.328	8.865.471	57,72%	25.020.063	19.121.386	76,42%
PVT	7.596.841	6.887.031	90,66%	12.713.967	7.458.739	58,67%	20.310.808	14.345.771	70,63%
SCG	2.422.685	2.508.303	103,53%	5.204.173	3.047.180	58,55%	7.626.858	5.555.483	72,84%
CAL	2.797.562	2.755.116	98,48%	2.602.785	1.340.052	51,49%	5.400.347	4.095.167	75,83%
VEL	3.743.405	3.436.213	91,79%	4.193.616	2.251.783	53,70%	7.937.021	5.687.996	71,66%
SRP	2.697.540	2.625.707	97,34%	6.782.620	3.512.552	51,79%	9.480.160	6.138.258	64,75%
LPC	3.122.988	3.187.760	102,07%	5.855.179	2.043.374	34,90%	8.978.167	5.231.134	58,27%
MAD	3.930.797	3.745.646	95,29%	6.843.024	2.167.943	31,68%	10.773.821	5.913.589	54,89%
HRT	7.972.247	6.729.832	84,42%	8.200.587	3.828.161	46,68%	16.172.834	10.557.993	65,28%
SCF	1.690.327	1.984.396	117,40%	1.992.959	1.665.826	83,59%	3.683.286	3.650.221	99,10%
LFL	1.767.893	2.034.294	115,07%	2.388.025	1.310.299	54,87%	4.155.918	3.344.593	80,48%
CRV	970.859	976.240	100,55%	3.468.510	2.249.067	64,84%	4.439.369	3.225.308	72,65%
<b>Σ MUN</b>	<b>115.929.039</b>	<b>107.965.767</b>	<b>93,13%</b>	<b>192.484.825</b>	<b>86.387.835</b>	<b>44,88%</b>	<b>308.413.864</b>	<b>194.353.603</b>	<b>63,02%</b>
<b>SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS</b>									
SMPD	9.638.343	8.946.919	92,83%	873.110	29.693	3,40%	10.511.453	8.976.612	85,40%
SMAH	6.526.500	6.364.222	97,51%	2.244.920	2.777.043	123,70%	8.771.420	9.141.265	104,22%
<b>Σ SM</b>	<b>16.164.843</b>	<b>15.311.141</b>	<b>94,72%</b>	<b>3.118.030</b>	<b>2.806.736</b>	<b>90,02%</b>	<b>19.282.873</b>	<b>18.117.877</b>	<b>93,96%</b>
<b>ASSOCIAÇÕES DE MUNICÍPIOS</b>									
AMRAA	2.414.157	1.701.813	70,49%	150	0	0,00%	2.414.307	1.701.813	70,49%
AMISM	7.088.014	3.500.994	49,39%	3.786.191	1.369.123	36,16%	10.874.205	4.870.118	44,79%
AMIP	286.650	277.198	96,70%	301.100	57.492	19,09%	587.750	334.690	56,94%
<b>Σ AM</b>	<b>9.788.821</b>	<b>5.480.005</b>	<b>55,98%</b>	<b>4.087.441</b>	<b>1.426.615</b>	<b>34,90%</b>	<b>13.876.262</b>	<b>6.906.620</b>	<b>49,77%</b>
<b>Σ RAA</b>	<b>141.882.703</b>	<b>128.756.914</b>	<b>90,75%</b>	<b>199.690.296</b>	<b>90.621.186</b>	<b>45,38%</b>	<b>341.572.999</b>	<b>219.378.100</b>	<b>64,23%</b>

## QUADRO 5 - Execução Orçamental - DESPESA

Euros

DESPESAS CORRENTES				DESPESAS DE CAPITAL			DESPESAS TOTAIS		
	Orçamento Corrigido	Execução	% de Execução	Orçamento Corrigido	Execução	% de Execução	Orçamento Corrigido	Execução	% de Execução
MUNICÍPIOS				MUNICÍPIOS			MUNICÍPIOS		
VPT	3.847.475	3.577.180	92,97%	2.975.605	1.490.164	50,08%	6.823.080	5.067.344	74,27%
PDL	27.500.000	22.844.525	83,07%	24.700.000	10.652.573	43,13%	52.200.000	33.497.098	64,17%
RGR	10.510.113	8.046.131	76,56%	25.928.981	13.157.902	50,75%	36.439.094	21.204.032	58,19%
LAG	7.107.317	5.687.059	80,02%	12.045.228	7.803.658	64,79%	19.152.545	13.490.717	70,44%
VFC	10.559.789	7.874.180	74,57%	34.160.649	13.588.319	39,78%	44.720.438	21.462.499	47,99%
POV	4.161.584	3.352.542	80,56%	6.641.130	4.169.212	62,78%	10.802.714	7.521.755	69,63%
NRD	3.646.253	3.079.237	84,45%	12.642.820	2.116.373	16,74%	16.289.073	5.195.610	31,90%
AGH	10.543.705	9.361.343	88,79%	15.778.287	8.762.670	55,54%	26.321.992	18.124.012	68,86%
PVT	7.565.496	6.583.922	87,03%	13.039.828	7.854.077	60,23%	20.605.324	14.437.999	70,07%
SCG	2.473.057	2.468.474	99,81%	5.204.673	3.001.040	57,66%	7.677.730	5.469.515	71,24%
CAL	3.681.490	3.022.146	82,09%	2.293.538	897.507	39,13%	5.975.028	3.919.653	65,60%
VEL	3.823.484	3.178.351	83,13%	4.178.891	2.551.467	61,06%	8.002.374	5.729.818	71,60%
SRP	2.804.615	2.512.106	89,57%	7.431.560	3.930.675	52,89%	10.236.175	6.442.781	62,94%
LPC	3.189.166	3.121.677	97,88%	6.510.334	2.882.960	44,28%	9.699.500	6.004.637	61,91%
MAD	3.967.084	3.435.405	86,60%	6.898.140	2.548.340	36,94%	10.865.224	5.983.745	55,07%
HRT	7.972.247	6.466.992	81,12%	8.325.053	4.169.479	50,08%	16.297.300	10.636.471	65,27%
SCF	1.919.160	1.735.045	90,41%	2.330.129	1.785.551	76,63%	4.249.289	3.520.595	82,85%
LFL	2.334.433	1.979.686	84,80%	3.143.654	1.675.180	53,29%	5.478.087	3.654.866	66,72%
CRV	973.739	860.281	88,35%	3.654.515	2.324.755	63,61%	4.628.254	3.185.036	68,82%
Σ MUN	118.580.207	99.186.281	83,64%	197.883.014	95.361.903	48,19%	316.463.221	194.548.184	61,48%
SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS				SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS			SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS		
SMPD	6.595.021	5.861.060	88,87%	5.486.205	4.318.688	78,72%	12.081.226	10.179.748	84,26%
SMAH	6.037.610	5.895.572	97,65%	2.781.480	2.765.682	99,43%	8.819.090	8.661.253	98,21%
Σ SM	12.632.631	11.756.632	93,07%	8.267.685	7.084.370	85,69%	20.900.316	18.841.002	90,15%
ASSOCIAÇÕES DE MUNICÍPIOS				ASSOCIAÇÕES DE MUNICÍPIOS			ASSOCIAÇÕES DE MUNICÍPIOS		
AMRAA	2.409.307	1.758.394	72,98%	5.000	629	12,57%	2.414.307	1.759.023	72,86%
AMISM	4.052.662	2.102.785	51,89%	7.277.011	2.072.010	28,47%	11.329.673	4.174.795	36,85%
AMIP	356.107	259.959	73,00%	331.600	5.034	1,52%	687.707	264.993	38,53%
Σ AM	6.818.076	4.121.138	60,44%	7.613.611	2.077.673	27,29%	14.431.687	6.198.811	42,95%
Σ RAA	138.030.914	115.064.051	83,36%	213.764.310	104.523.945	48,90%	351.795.224	219.587.996	62,42%

**QUADRO 6 - Execução Orçamental - RESUMO**

Euros

	RECEITAS CORRENTES			RECEITAS DE CAPITAL			RECEITAS TOTAIS		
	Orçamento Corrigido	Execução	% de Execução	Orçamento Corrigido	Execução	% de Execução	Orçamento Corrigido	Execução	% de Execução
MUNICÍPIOS	115.929.039	107.965.767	93,13%	192.484.825	86.387.835	44,88%	308.413.864	194.353.603	63,02%
SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS	16.164.843	15.311.141	94,72%	3.118.030	2.806.736	90,02%	19.282.873	18.117.877	93,96%
ASSOCIAÇÕES DE MUNICÍPIOS	9.788.821	5.480.005	55,98%	4.087.441	1.426.615	34,90%	13.876.262	6.906.620	49,77%
<b>Σ RAA</b>	<b>141.882.703</b>	<b>128.756.914</b>	<b>90,75%</b>	<b>199.690.296</b>	<b>90.621.186</b>	<b>45,38%</b>	<b>341.572.999</b>	<b>219.378.100</b>	<b>64,23%</b>

	DESPESAS CORRENTES			DESPESAS DE CAPITAL			DESPESAS TOTAIS		
	Orçamento Corrigido	Execução	% de Execução	Orçamento Corrigido	Execução	% de Execução	Orçamento Corrigido	Execução	% de Execução
MUNICÍPIOS	118.580.207	99.186.281	83,64%	197.883.014	95.361.903	48,19%	316.463.221	194.548.184	61,48%
SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS	12.632.631	11.756.632	93,07%	8.267.685	7.084.370	85,69%	20.900.316	18.841.002	90,15%
ASSOCIAÇÕES DE MUNICÍPIOS	6.818.076	4.121.138	60,44%	7.613.611	2.077.673	27,29%	14.431.687	6.198.811	42,95%
<b>Σ RAA</b>	<b>138.030.914</b>	<b>115.064.051</b>	<b>83,36%</b>	<b>213.764.310</b>	<b>104.523.945</b>	<b>48,90%</b>	<b>351.795.224</b>	<b>219.587.996</b>	<b>62,42%</b>

<b>DIFERENÇA</b>	<b>3.851.789</b>	<b>13.692.863</b>		<b>-14.074.014</b>	<b>-13.902.759</b>		<b>-10.222.225</b>	<b>-209.896</b>	
------------------	------------------	-------------------	--	--------------------	--------------------	--	--------------------	-----------------	--

**2.2. Execução Financeira Global – 2009/2011**

No decurso de 2011, os 19 municípios da Região Autónoma dos Açores obtiveram receitas no valor global de 194,5 milhões de euros (M€), dos quais, 21,5 milhões correspondem a empréstimos contraídos. As despesas, por seu turno, foram praticamente de igual montante, sendo que, dos 194,5 M€ de despesas, 24,8 M€ destinaram-se a amortizar empréstimos. Desta forma, a dívida aos bancos baixou 3,7 M€ (3,8 %), a que acresce uma redução de 10 M€ (9,8 %) na dívida não bancária.

O Quadro 7 mostra-nos a evolução do fluxo das receitas e das despesas, desagregadas apenas em correntes e capital, evidenciando os saldos no início e no fim de cada ano.

Chama-se a atenção para a evolução global do saldo de gerência. Apesar da crise sentida em 2011, refletida na redução das receitas, o saldo de gerência evoluiu dos 6,6 M€, no final de 2009, para os 9 M€ no final de 2011. De 2009 para 2010, verificou-se uma redução das receitas de cerca de 5 M€ mas nas despesas a redução foi de 7 M€. Em 2011, o saldo praticamente não se alterou, ou seja, em termos globais os municípios gastaram apenas o que receberam no próprio ano e não utilizaram a poupança que vinha do ano anterior. Trata-se de valores globais, naturalmente, pois se formos ver em detalhe, a verdade é que o saldo de gerência baixou em 11 dos 19 municípios, pelo que nestes houve necessidade de recorrer ao saldo transitado do ano anterior para fazer face a todas as despesas realizadas em 2011.

**QUADRO 7 – Execução Orçamental**

Euros

EXECUÇÃO ORÇAMENTAL	2009		2010		$\Delta$ % 2009/2010	2011		$\Delta$ % 2010/2011
	Valores	%	Valores	%		Valores	%	
<b>Saldo Inicial a)</b>	<b>6.193.480</b>		<b>6.571.651</b>		<b>6,11%</b>	<b>8.986.306</b>		<b>36,74%</b>
Receitas Correntes	106.180.603	48,23 %	112.036.777	52,06 %	5,52%	108.209.162	55,61 %	-3,42%
Receitas de Capital	113.840.531	51,71%	103.004.557	47,87%	-9,52%	86.179.525	44,29 %	-16,33%
Reposições n/ abatidas nos pag	116.577	0,05%	147.075	0,07%	26,16%	189.747	0,10 %	29,01%
<b>Receita Total b)</b>	<b>220.137.712</b>	<b>100,00 %</b>	<b>215.188.409</b>	<b>100,00 %</b>	<b>-2,25%</b>	<b>194.578.435</b>	<b>100,00 %</b>	<b>-9,58%</b>
<b>Total de Disponibilidades (c)=(a)+(b)</b>	<b>226.331.192</b>		<b>221.760.059</b>		<b>-2,02%</b>	<b>203.564.740</b>		<b>-8,20%</b>
Despesas Correntes	100.477.641	45,72 %	101.556.574	47,73 %	1,07%	99.186.281	50,98 %	-2,33%
Despesas de Capital	119.281.896	54,28 %	111.216.686	52,27 %	-6,76%	95.361.903	49,02 %	-14,26%
<b>Despesa Total (d)</b>	<b>219.759.537</b>	<b>100,00 %</b>	<b>212.773.260</b>	<b>100,00 %</b>	<b>-3,18%</b>	<b>194.548.184</b>	<b>100,00 %</b>	<b>-8,57%</b>
<b>Saldo Final (e)=(c)-(d)</b>	<b>6.571.655</b>		<b>8.986.799</b>		<b>36,75%</b>	<b>9.016.556</b>		<b>0,33%</b>

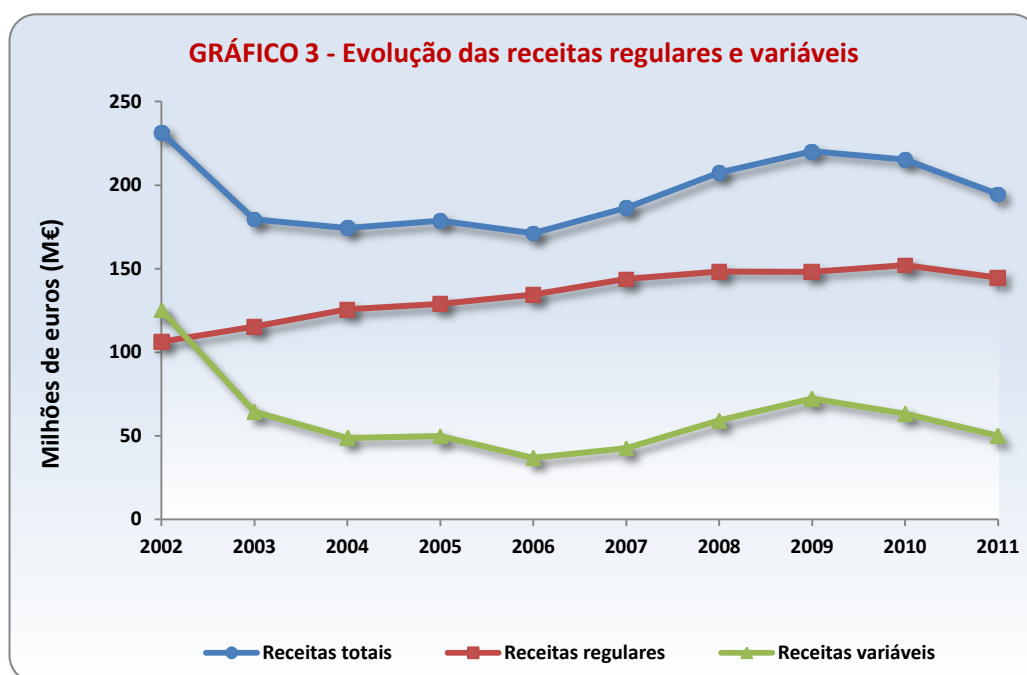
Quanto à proporção das componentes “corrente” e “capital”, das receitas e das despesas, verifica-se, em 2011, um aumento do peso relativo das receitas correntes, que passam de 52,06% para 55,50% e a situação inversa nas receitas de capital, cujo peso nas receitas totais passa de 47,87% para 44,41%. As duas componentes da receita baixaram, mas a verdade é que as receitas de capital baixaram mais – menos 33% de fundos comunitários será, provavelmente, a principal causa. A despesa segue a mesma tendência, com a redução no investimento, resultante de menos receitas de capital, a refletir-se na diminuição do peso relativo das despesas de capital.

Por outro lado, tem-se verificado, globalmente, um saldo corrente (receitas correntes – despesas correntes) positivo, variando entre 5,7 e 10,5 M€, nos últimos 3 anos. Em 2011, o saldo corrente global atingiu os 9 M€. Este saldo corrente tem servido para financiar despesas de capital. De facto, neste último ano, as despesas de capital excederam as receitas de capital em cerca de 9 M€, tendo essa diferença sido suportada pelo saldo conseguido no orçamento corrente.

### 2.3. Estrutura e Evolução das Receitas

As receitas globais dos municípios da Região Autónoma dos Açores sofreram em 2011 uma redução de 9,6%, passando de 215,2 M€ para 194,5 M€, ou seja, quase 21 M€ menos do que em 2010. Esta redução foi bastante mais acentuada do que a que se havia registado no ano anterior (2,2%). O gráfico 3 mostra a evolução das receitas totais dos municípios nos

últimos 10 anos, evidenciando também essa mesma receita repartida em duas partes: a receita de caráter fixo ou regular, que inclui os fundos do Orçamento do Estado e as receitas próprias, derivadas de impostos, taxas, prestação de serviços e venda de bens, e as receitas de caráter variável, ou extraordinário (empréstimos, participações financeiras).

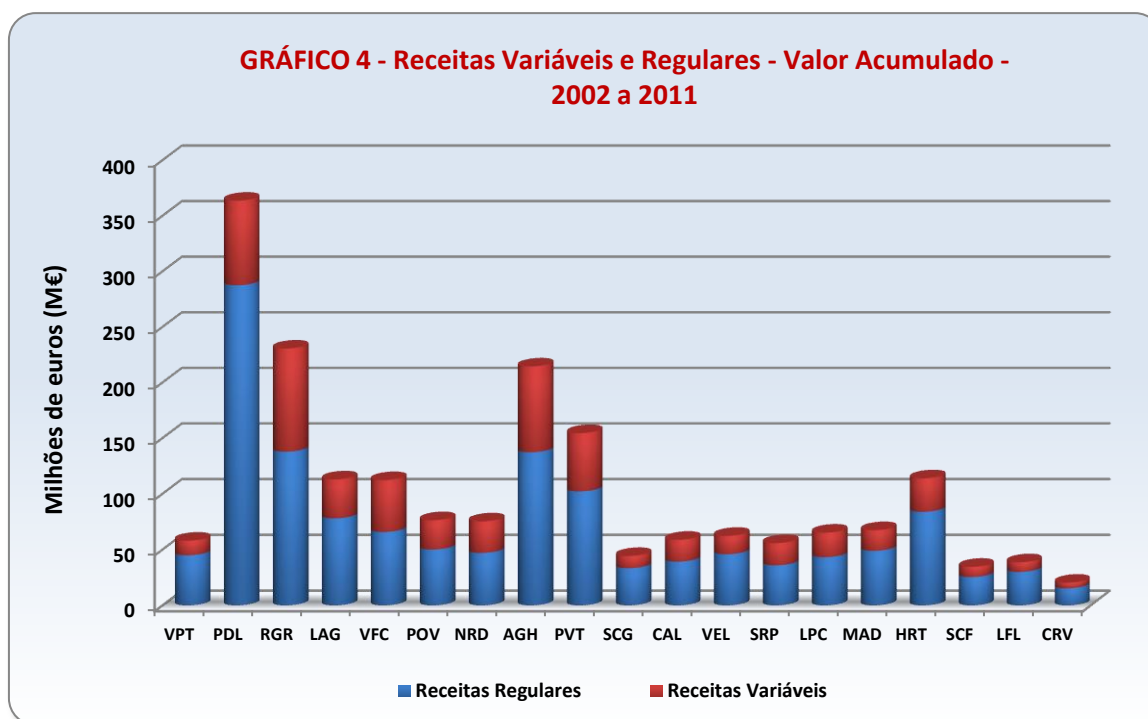


São as receitas variáveis que mais têm contribuído para a redução nas receitas totais, tendo diminuído em 2011 cerca de 27%, em comparação com as receitas regulares, que baixaram apenas 5%.

São também as receitas variáveis que fazem com que a receita total apresente variações anuais tão diversas de uns municípios para outros. Por exemplo, em 2011, a receita total aumentou 200% no município de Vila Franca do Campo, porque este município contraiu um empréstimo de saneamento financeiro, e diminuiu 48% em Lajes das Flores, porque em 2010 este município recebeu um valor elevado de fundos comunitários, situação que não se repetiu em 2011.

Em que municípios as receitas variáveis são mais importantes? O gráfico seguinte mostra-nos, em cada município, o valor acumulado das receitas regulares e das receitas variáveis

nos últimos 10 anos. Se considerássemos um só ano, alguns municípios teriam mais receitas variáveis, pelo que ao tomarmos um conjunto de anos, já se torne possível compará-los entre si.



É em Ponta Delgada que as receitas variáveis tiveram menor expressão (21% da receita total), situação natural, uma vez que este é o município com mais receitas próprias. No entanto, os valores imediatamente acima (até 25%) são apresentados por municípios de menor dimensão: Vila do Porto, Santa Cruz da Graciosa, Lajes das Flores e Corvo. Por outro lado, as receitas variáveis ultrapassaram os 40% nos municípios da Ribeira Grande e de Vila Franca do Campo, atingindo 36% em Angra do Heroísmo e 34% na Praia da Vitória. Na Horta, este valor ficou pelos 26%.

Sendo assim, não existe uma correlação entre a dimensão dos municípios e o peso das receitas variáveis, mesmo considerando um período de 10 anos. Tal situação justifica-se pelo facto de nas receitas variáveis incluírem-se não só transferências (rubrica que nos municípios pequenos tem maior expressão), mas também empréstimos, cuja expressão nas receitas totais não apresenta o mesmo comportamento das transferências.



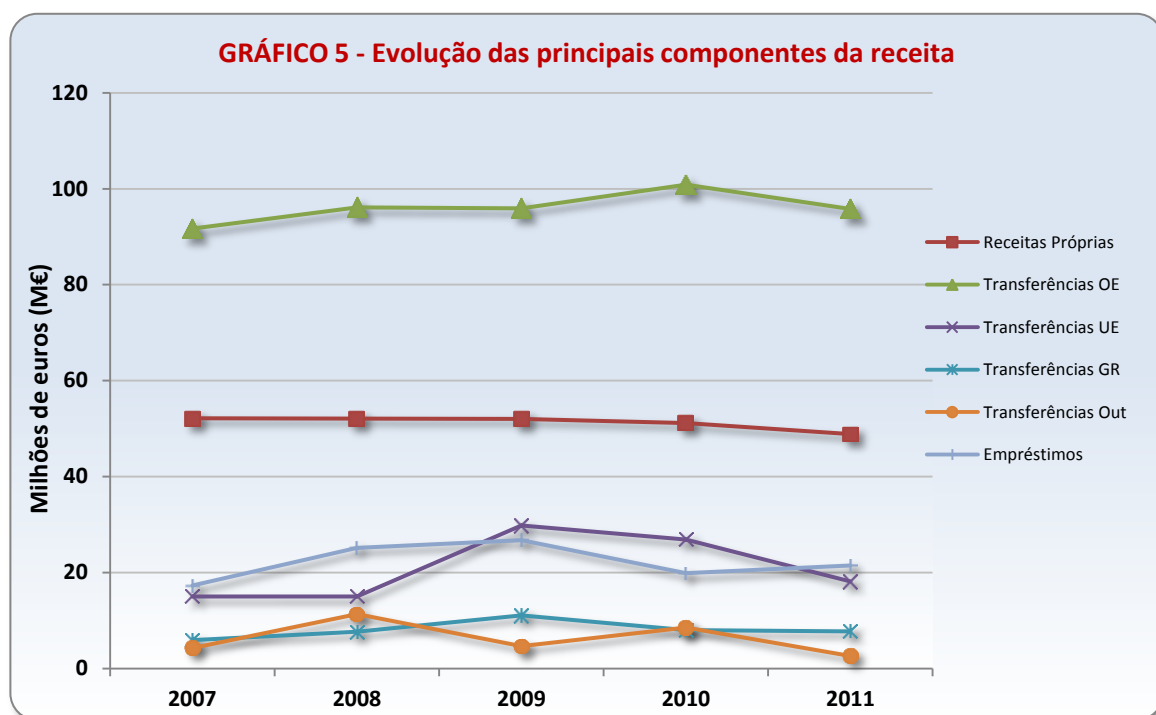
A evolução e a estrutura anual das principais fontes de receita municipal no último triénio são apresentadas no quadro seguinte, sendo analisada individualmente cada uma das grandes rubricas de receita.

### QUADRO 8 – Evolução e estrutura das principais receitas

Euros

RECEITAS	2009		2010		$\Delta \%$ 2009/2010	2011		$\Delta \%$ 2010/2011
	valores	%	valores	%		valores	%	
Receitas Próprias	52.040.738	23,64%	51.159.297	23,77%	-1,69%	48.848.693	25,11%	-4,52%
Fundos Orçamento do Estado	95.915.059	43,57%	100.806.584	46,85%	5,10%	95.777.056	49,23%	-4,99%
Fundos Comunitários	29.772.985	13,52%	26.868.995	12,49%	-9,75%	18.097.459	9,30%	-32,65%
Transferências - Governo Reg	11.038.358	5,01%	7.987.755	3,71%	-27,64%	7.737.930	3,98%	-3,13%
Outras Transferências	4.631.979	2,10%	8.509.418	3,95%	83,71%	2.591.329	1,33%	-69,55%
Empréstimos	26.738.594	12,15%	19.856.359	9,23%	-25,74%	21.490.882	11,05%	8,23%
<b>Totais</b>	<b>220.137.712</b>	<b>100,00%</b>	<b>215.188.409</b>	<b>100,00%</b>	<b>-2,25%</b>	<b>194.543.350</b>	<b>100,00%</b>	<b>-9,59%</b>

Em 2011, apenas no valor global dos empréstimos houve aumento, mas ainda assim, o que se verificou foi que houve um maior volume de amortizações do que de contração de novos empréstimos, pelo que, em termos líquidos, esta fonte de receita não aumentou. Além disso, do valor global de 21,5 M€ de empréstimos contraídos, 14,7 milhões referem-se a um único município, no âmbito de um empréstimo de saneamento financeiro, utilizado para abater dívidas a bancos e a empresas. Sem considerar este empréstimo, teríamos um abrandamento de 66% no recurso ao crédito em 2011. Salienta-se, também, a redução de quase 33% nas transferências de fundos comunitários.



### 2.3.1. Receitas próprias

Nestas receitas, a redução global foi de 4,52%. Pelo quadro 9, que desagrega as principais receitas próprias, podemos ver claramente os efeitos da crise no abrandamento da atividade económica e na correspondente redução nas receitas dos municípios. Por um lado, nota-se um aumento do IMI e do IUC, bem como das taxas de saneamento e de fornecimento de água, resultantes de aumentos de taxas sobre os bens existentes ou sobre o consumo. Por outro lado, salienta-se a redução no IMT, nos loteamentos e obras, na ocupação da via pública e nos trabalhos para particulares, variáveis que espelham bem a redução na atividade económica e no rendimento disponível das famílias. Por exemplo, a receita resultante de loteamentos em 2011 é pouco mais de metade (54%) da que se verificou em 2009, e 40% do valor registado em 2007. A mesma tendência se verifica com as licenças de ocupação da via pública, que reduziram cerca de 20% entre 2009 e 2011.

De referir que no fornecimento de água não estão incluídos os serviços municipalizados de Ponta Delgada e de Angra do Heroísmo, cuja receita em 2011 foi de 9,1 M€, ou seja, superior aos 7,2 M€ recebido pelos restantes 17 municípios.

**QUADRO 9 – Evolução e estrutura das receitas próprias**

Euros

RECEITAS PRÓPRIAS	2009		2010		Δ % 2009/2010	2011		Δ % 2010/2011
	valores	%	valores	%		valores	%	
Imposto municipal s/ imóveis - IMI	9.618.111	18,48 %	10.386.964	20,30 %	7,99%	11.674.276	23,90 %	12,39%
Imposto único de circulação - IUC	2.711.580	5,21 %	2.942.450	5,75 %	8,51%	3.124.304	6,40 %	6,18%
Imposto municipal s/ transaç - IMT	10.051.154	19,31 %	10.131.291	19,80 %	0,80%	8.295.729	16,98 %	-18,12%
Loteamentos e obras	2.300.445	4,42 %	1.890.346	3,70 %	-17,83%	1.232.544	2,52 %	-34,80%
Ocupação da via pública	508.794	0,98 %	497.113	0,97 %	-2,30%	406.142	0,83 %	-18,30%
Saneamento (esgotos e lixos)	3.711.294	7,13 %	3.953.063	7,73 %	6,51%	4.458.065	9,13 %	12,77%
Juros, rendas e dividendos	1.431.517	2,75 %	2.303.880	4,50 %	60,94%	1.402.858	2,87 %	-39,11%
Venda de bens correntes	224.001	0,43 %	251.508	0,49 %	12,28%	92.801	0,19 %	-63,10%
Fornecimento de água	6.569.310	12,62 %	6.740.290	13,18 %	2,60%	7.175.108	14,69 %	6,45%
Trabalhos para particulares	254.032	0,49 %	298.664	0,58 %	17,57%	210.168	0,43 %	-29,63%
Venda de bens de investimento	6.680.275	12,84 %	4.127.006	8,07 %	-38,22%	3.024.916	6,19 %	-26,70%
Outras receitas próprias	7.980.225	15,33 %	7.636.721	14,93 %	-4,30%	7.751.783	15,87 %	1,51%
<b>Totais</b>	<b>52.040.738</b>	<b>100,00 %</b>	<b>51.159.297</b>	<b>100,00 %</b>	<b>-1,69%</b>	<b>48.848.693</b>	<b>100,00 %</b>	<b>-4,52%</b>

É nas receitas próprias, e na sua expressão nas receitas totais, que os serviços municipalizados e as associações de municípios, especialmente a AMISM (Associação de Municípios da Ilha de S. Miguel,) se destacam. De facto, estas entidades representam 11,4% das receitas totais do sector local municipal (Câmaras Municipais (CM) + Serviços Municipalizados (SM) + Associações de Municípios (AM)), mas nas receitas próprias, o seu peso relativo sobe para perto dos 30%.

Uma chamada de atenção para as derramas, uma receita que se encontra incluída nas “Outras receitas próprias” do quadro acima. A derrama constitui uma das receitas municipais, prevista na Lei das Finanças Locais (LFL), referindo o artigo 14.º desta lei que “Os municípios podem deliberar lançar anualmente uma derrama, até ao limite máximo de 1,5% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC), que corresponda à proporção do rendimento gerado na sua área geográfica por sujeitos passivos residentes em território português que exerçam, a título principal, uma atividade de natureza comercial, industrial ou agrícola e não residentes com estabelecimento estável nesse território”.

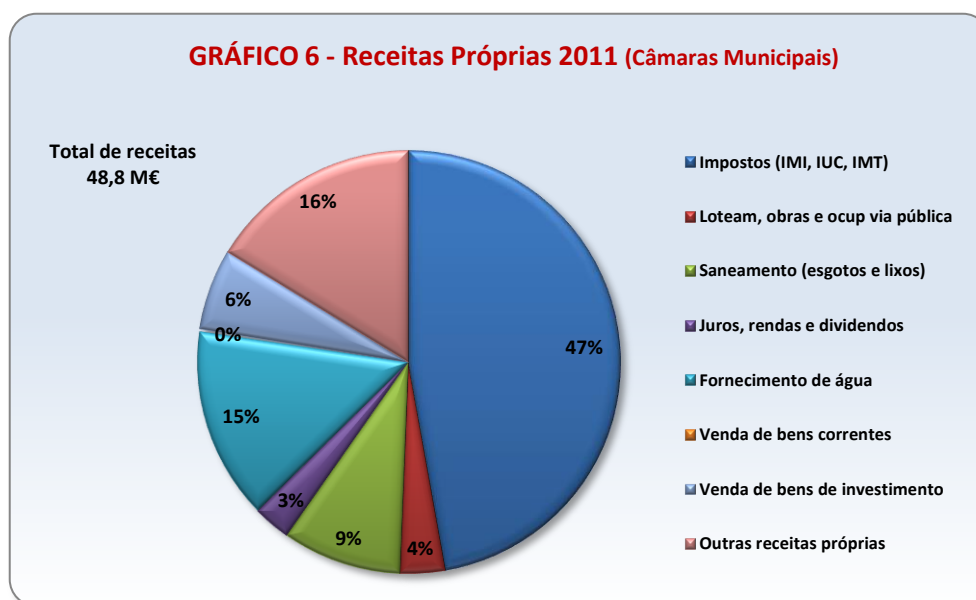
A deliberação de lançar a derrama é tomada anualmente e comunicada à Direcção-Geral dos Impostos até ao dia 31 de dezembro do ano anterior ao da cobrança por parte dos serviços competentes do Estado.

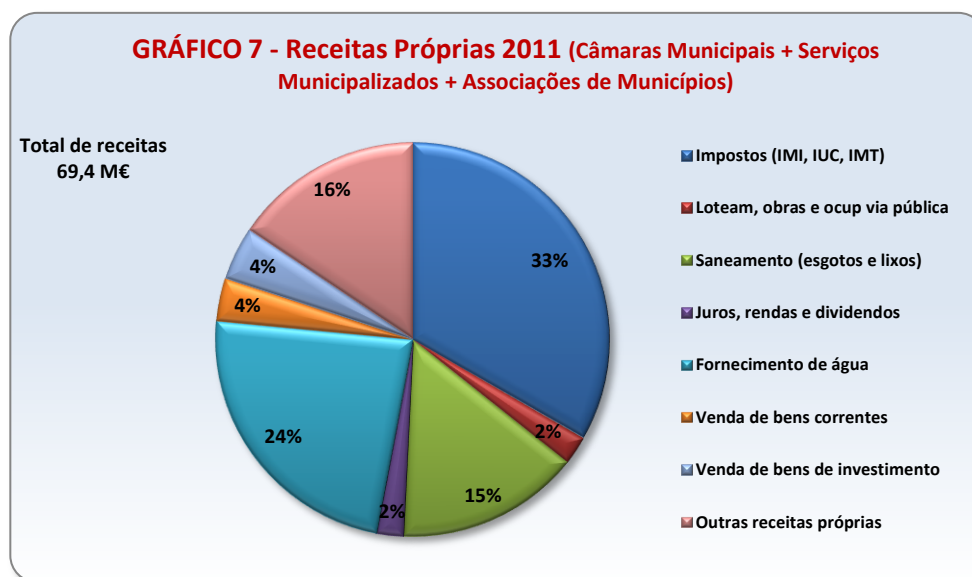
Os municípios em dificuldades financeiras recorrem frequentemente a esta receita e aqueles que se encontram em desequilíbrio financeiro estrutural são mesmo obrigados a incluir o

lançamento de derramas nos planos de reequilíbrio financeiro, de acordo com o DL n.º 38/2008, de 7 de março.

Esta receita cresceu 34% em 2011, atingindo 2,3 M€. Foram 8 os municípios a cobrarem derrama em 2011, mais um do que no ano anterior e mais dois do que em 2009. Tem sido em S. Miguel que mais se tem verificado a cobrança de derrama. Nos últimos 5 anos, foram cobrados 12,6 M€ de derramas nos Açores, 78% em Ponta Delgada, 11% na Ribeira Grande, 3% na Lagoa. Nas ilhas de Santa Maria, Terceira, Graciosa, Pico, Flores e Corvo não se cobraram derramas neste período.

Apresentam-se a seguir dois gráficos, um com a estrutura das receitas próprias dos municípios e outro com o somatório das receitas destes com as dos municipalizados e das associações de municípios. No segundo gráfico, vemos que o peso do fornecimento de água, pelo efeito de adição dos SM, sobe de 15% para 24%, tal como o saneamento básico (águas residuais e resíduos sólidos), que sobe de 9% para 15%. Já os impostos diretos passam a ter um peso relativo de 33%, em vez dos 47%, se consideramos unicamente os municípios.





### 2.3.2. Fundos do Orçamento do Estado

Esta receita atingiu o valor total de 95,8 M€, tendo sofrido uma redução de 5%, ficando muito perto do valor registado em 2009 (95,9 M€).

Em 2011, esta receita representou quase 50% das receitas totais, mas com valores bem diversos entre os municípios, dependendo não só da dimensão do próprio município, mas também do volume de comparticipações recebidas e dos empréstimos contraídos. Por exemplo, em Vila Franca do Campo, o peso desta receita foi de apenas 19%, devido ao enorme empréstimo de saneamento financeiro contraído. Em 5 municípios, esta receita representou mais de 75% das receitas totais.

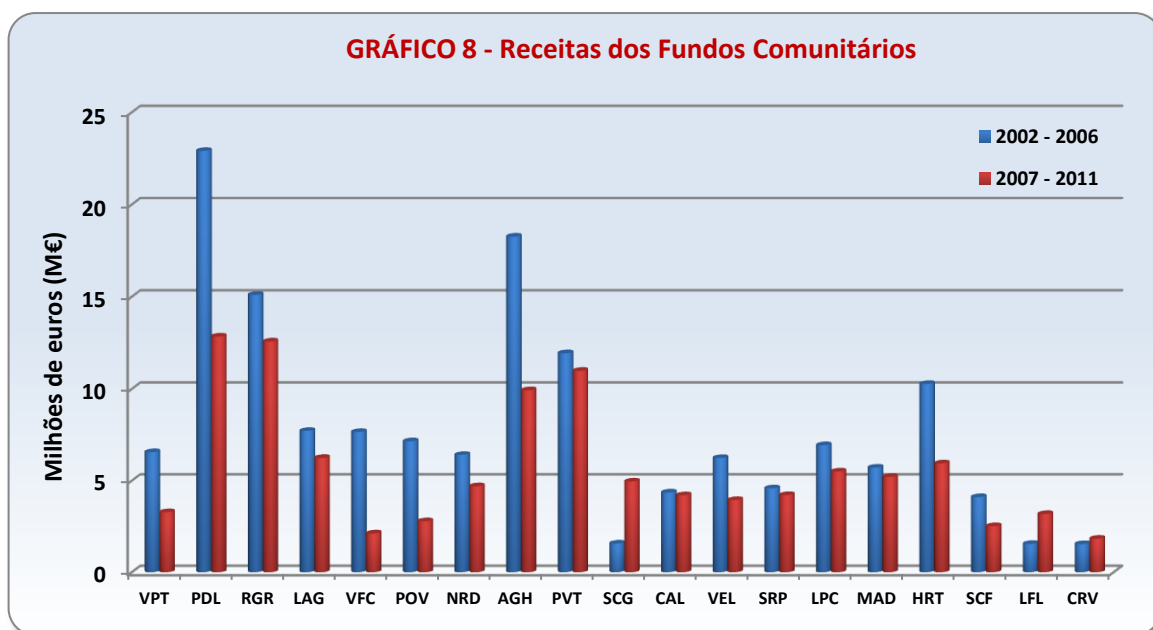
Os fundos OE têm uma componente corrente e outra de capital, sendo esta última de cerca de 35% do valor total. Esta verba (FEF de capital), no valor de 33,5 M€, representa 39% das receitas de capital. Por outro lado, nas receitas correntes, os fundos OE têm uma maior expressão, representando 58%.

### 2.3.3. Fundos Comunitários

Esta fonte de receita situou-se em 2011 nos 18 M€ (Quadro 8), constituindo, com o FEF de capital, as duas grandes receitas destinadas a investimento. Registou-se uma

redução de 32,65% em 2011, pelo que o investimento foi naturalmente afetado, tendo diminuído 34%.

No período 2002/2011, os municípios receberam um valor total de 258 M€, 58% nos primeiros 5 anos e 42% nos últimos 5, o que mostra o abrandamento desta receita nos últimos anos.



Em alguns municípios, as transferências recebidas da UE são claramente superiores no 1º período deste gráfico (2002-2006). É o caso de Vila do Porto, Ponta Delgada, Vila Franca do Campo, Povoação, Angra do Heroísmo e Horta. Já nos casos de Santa Cruz da Graciosa e de Lajes das Flores sobressai o período 2007-2011. Refira-se que o atual Quadro Comunitário termina em 2013, sendo possível que em alguns municípios se verifiquem alterações nas tendências evidenciadas neste gráfico.

#### 2.3.4. Transferências do Governo Regional

Registou-se uma ligeira redução (3,13%) no valor total desta receita (Quadro 8), cuja participação nas receitas totais, entre 2009 e 2011, representou cerca de 4,23%. No

entanto, os 7,4 M€ recebidos foram suficientes para cobrir 16% das despesas de investimento, em termos globais.

#### **2.3.5. Outras transferências**

Esta rubrica inclui essencialmente transferências de serviços e fundos autónomos, nomeadamente, do Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana (IHRU). Trata-se de uma rubrica com comportamento irregular (11,3 M€ em 2008; 4,6 M€ em 2009; 8,5 M€ em 2010; 2,6 M€ em 2011), mas com fraca expressão (1,33% em 2011) nas receitas totais.

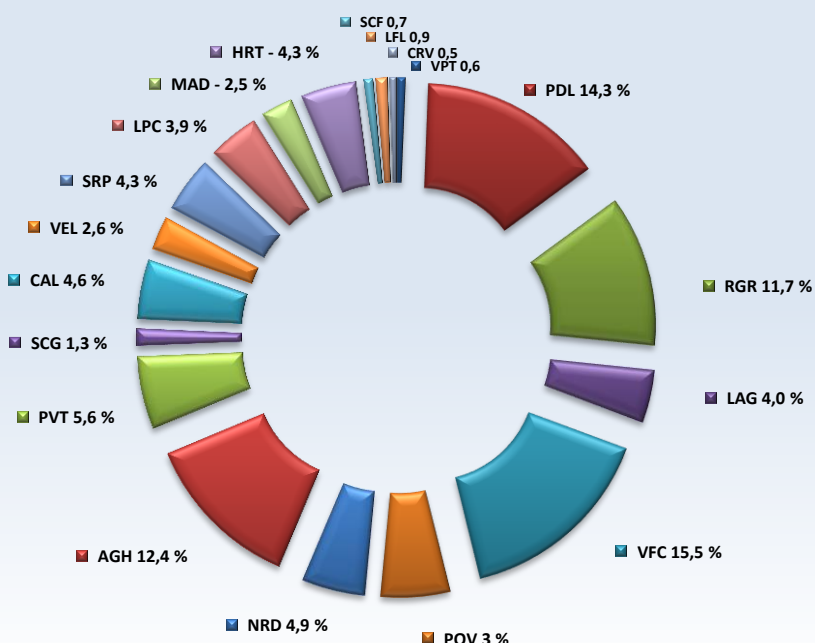
#### **2.3.6. Empréstimos**

Em 2011, os municípios contraíram, globalmente, 21,5 M€ de empréstimos, sendo que 14,4 M€ referem-se a um empréstimo de saneamento financeiro. De facto, o município de Vila Franca do Campo contraiu em 2011 um empréstimo no referido montante, mas amortizou outros empréstimos em dívida no valor de 7,7 M€, pelo que o empréstimo efetivamente contraído terá sido de 6,7 M€, e a verdade é que a dívida bancária deste município aumentou 6,2 M€ em 2011. Tendo esse facto em consideração, podemos concluir que o total de empréstimos contraído pelos municípios em 2011 foi, na realidade, de 13,8 M€.

Em 2011, foram 10 os municípios que recorreram ao crédito bancário. No ano anterior tinham sido 14, num total de 19,9 M€

O gráfico seguinte (9) mostra o peso relativo dos empréstimos de cada município, no que respeita aos últimos 10 anos, durante os quais foram contraídos 220 M€ de empréstimos.

**GRÁFICO 9 - Empréstimos contraídos entre 2002 e 2011**  
 (% de cada município no total de 220 M€)



São de salientar, tendo em conta a sua dimensão, o município de Vila Franca do Campo, quando comparado com os municípios de Lagoa, Povoação e Nordeste, ou então o município da Ribeira Grande, quando comparada com o da Praia da Vitória.

Ponta Delgada e Angra do Heroísmo foram os únicos municípios a ir à banca todos os anos do período em análise.

#### 2.4. Estrutura e Evolução das Despesas

Os municípios realizaram em 2011 despesas no valor total de 194.548.184 euros, um valor que excede a receita em 4.834 euros. A redução na despesa foi de 8,57%, comparada com a receita, que diminuiu 9,59%.

O Quadro 10 mostra a evolução e estrutura das despesas nos últimos 3 anos. Destacam-se as reduções no investimento direto (34,39%), nas transferências para instituições (20,06%) e para outras entidades, nomeadamente famílias (7,85%), nas aquisições de bens (7,07%) e nas despesas de pessoal (3,99%). Por outro lado, é de salientar um aumento de 60,32% no



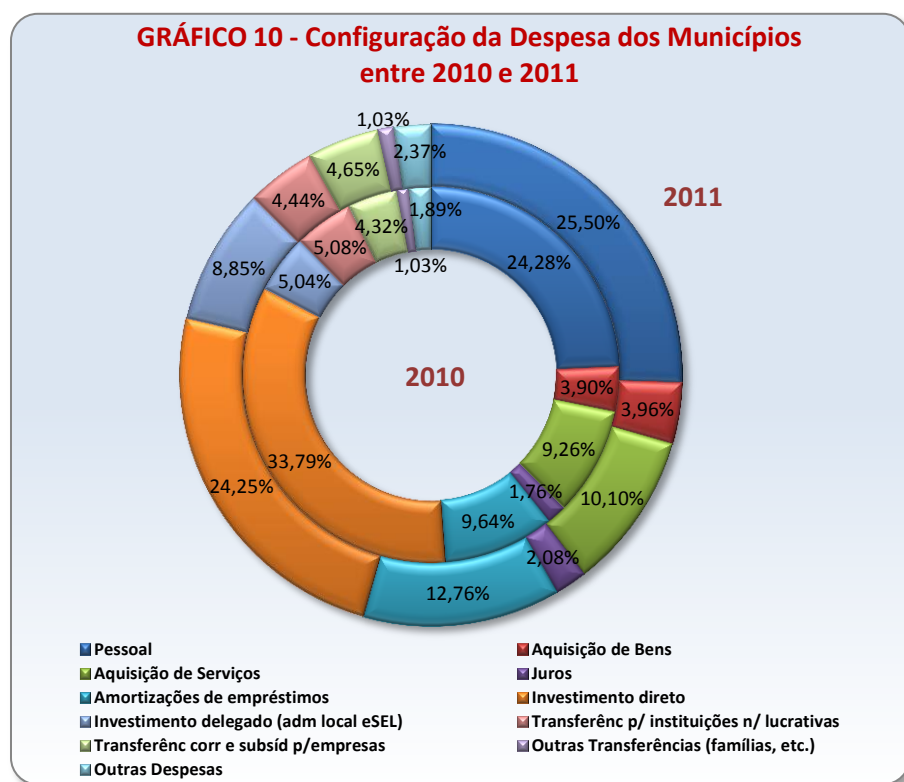
investimento delegado em outras entidades da administração local e do setor empresarial local. Se considerarmos o investimento total (direto e indireto (delegado)), a redução anual é de 22,09%.

Relativamente aos aumentos, chama-se novamente a atenção para as amortizações de empréstimos e para o caso de Vila Franca do Campo, que por efetuar uma amortização extraordinária de empréstimos, no âmbito de um plano de saneamento financeiro, acaba por inflacionar o valor desta rubrica. Por outro lado, apesar de se ter registado uma redução de 2,3% na dívida bancária, os encargos com juros aumentaram 8,3%.

### QUADRO 10 – Evolução e Estrutura das Despesas

Euros

DESPESAS	2009		2010		$\Delta$ % 2009/2010	2011		$\Delta$ % 2010/2011
	valores	%	valores	%		valores	%	
Pessoal	50.593.462	23,02 %	51.671.736	24,28 %	2,13%	49.610.267	25,50 %	-3,99%
Aquisição de Bens	8.124.185	3,70 %	8.288.877	3,90 %	2,03%	7.702.835	3,96 %	-7,07%
Aquisição de Serviços	19.194.840	8,73 %	19.709.737	9,26 %	2,68%	19.653.923	10,10 %	-0,28%
Juros	6.016.477	2,74 %	3.745.004	1,76 %	-37,75%	4.054.515	2,08 %	8,26%
Amortizações de empréstimos	18.419.414	8,38 %	20.510.942	9,64 %	11,36%	24.830.226	12,76 %	21,06%
Investimento direto	84.142.668	38,29 %	71.895.481	33,79 %	-14,56%	47.170.817	24,25 %	-34,39%
Investimento delegado (adm local e e	8.625.227	3,92 %	10.734.208	5,04 %	24,45%	17.208.999	8,85 %	60,32%
Transferênc p/ instituições n/ lucrativa	11.265.400	5,13 %	10.806.720	5,08 %	-4,07%	8.639.150	4,44 %	-20,06%
Transferênc corr e subsíd p/empresas	7.209.976	3,28 %	9.195.825	4,32 %	27,54%	9.044.314	4,65 %	-1,65%
Outras Transferências (famílias, etc.)	3.074.477	1,40 %	2.184.653	1,03 %	-28,94%	2.013.148	1,03 %	-7,85%
Outras Despesas	3.093.408	1,41 %	4.030.078	1,89 %	30,28%	4.619.990	2,37 %	14,64%
<b>Totais</b>	<b>219.759.537</b>	<b>100,00 %</b>	<b>212.773.260</b>	<b>100,00 %</b>	<b>-3,18%</b>	<b>194.548.184</b>	<b>100,00 %</b>	<b>-8,57%</b>



#### 2.4.1. Pessoal

O montante total destas despesas diminuiu 3,99% em 2011, significando 25,5% da despesa total. Estas despesas envolvem 3 grandes grupos: remunerações certas e permanentes, abonos variáveis e eventuais e segurança social, com comportamentos bem diferentes como se pode verificar no quadro seguinte.

**QUADRO 11 – Despesas com Pessoal**

DESPESAS DE PESSOAL	2009		2010		Δ % 2009/2010	2011		Δ % 2010/2011
	valores	%	valores	%		valores	%	
Remunerações certas e permanentes	38.037.579	75,18 %	38.968.880	75,42 %	2,45%	38.253.637	77,11%	-1,84%
Abonos variáveis e eventuais	2.417.740	4,78 %	2.214.111	4,28 %	-8,42%	1.597.574	3,22 %	-27,85%
Segurança Social	10.138.144	20,04 %	10.488.744	20,30 %	3,46%	9.759.056	19,67%	-6,96%
	<b>50.593.462</b>	<b>100,00 %</b>	<b>51.671.736</b>	<b>100,00 %</b>	<b>2,13%</b>	<b>49.610.267</b>	<b>100,00 %</b>	<b>-3,99%</b>

Euros

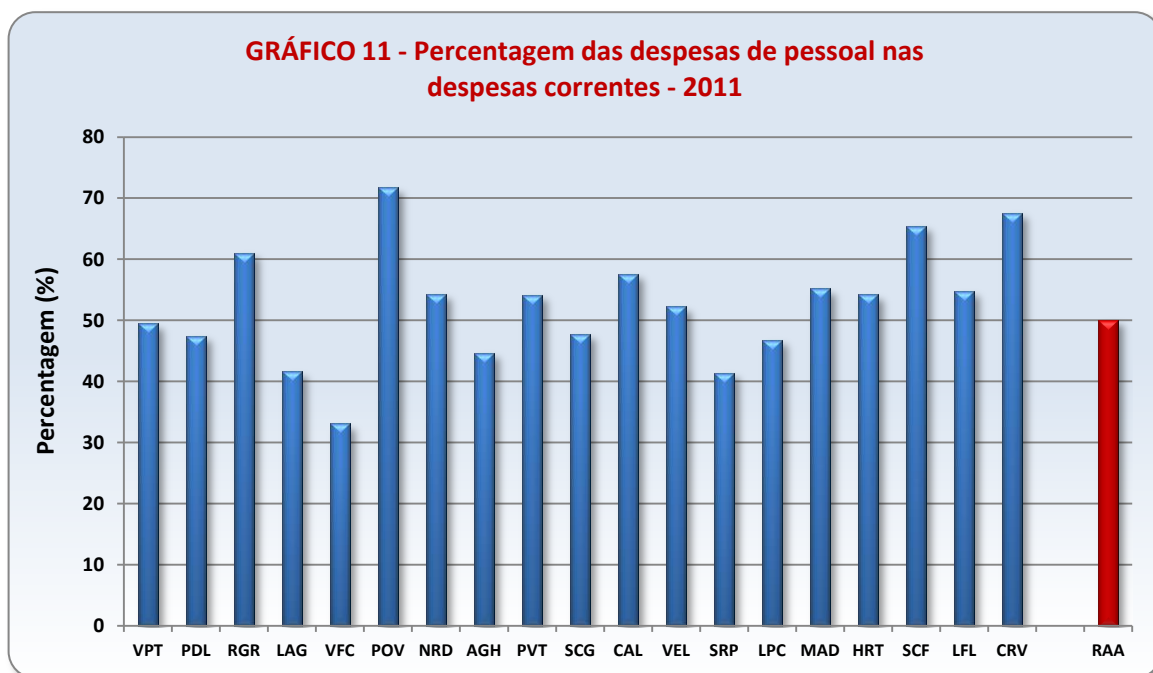
As despesas com abonos variáveis e eventuais sofreram uma redução de 27,85%, ou seja, bem superior aos 4% registados para o total de despesas de pessoal. Nestes

abonos variáveis, salienta-se a redução verificada nas horas extraordinárias (-44%) e nas ajudas de custo (-38%).

As despesas de pessoal representam em média 50% das despesas correntes, havendo todavia diferenças significativas entre os municípios da RAA, que variam entre 33% em Vila Franca do Campo e 72% na Povoação, por coincidência, dois municípios contíguos e de semelhante dimensão.

Em contrapartida, como veremos adiante, nas despesas de aquisição de serviços, o município de Vila Franca do Campo apresenta o valor mais alto e o da Povoação o valor mais baixo.

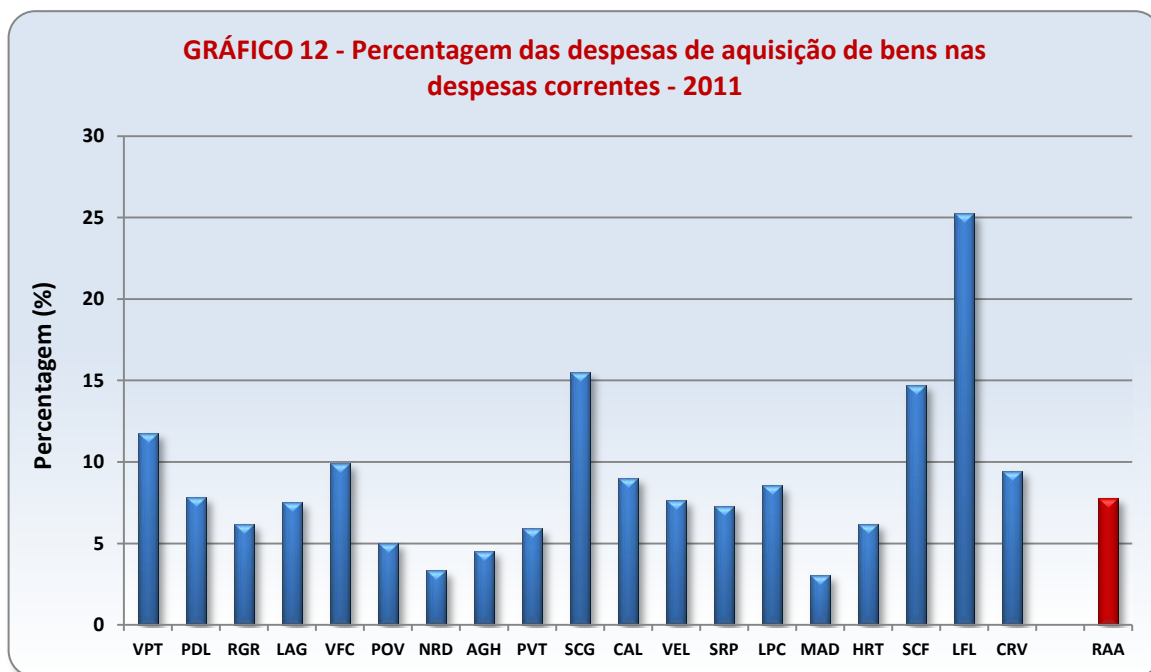
O gráfico 11 mostra o peso das despesas de pessoal nas despesas correntes, em 2011, seguindo-se gráficos semelhantes para outras despesas correntes, nomeadamente bens e serviços. As despesas correntes sofrem menos variações do que as despesas totais, uma vez que estas também incluem as despesas de capital, estas sim, com variações mais acentuadas, de município para município, consoante estes contraem empréstimos, ou recebem participações financeiras para investimentos.



### 2.4.2. Aquisição de bens

Estas despesas, no valor global de 7,7 M€, tiveram uma redução de 7,1% em 2011. Dentro das despesas correntes foram as despesas que mais diminuíram. Nos últimos 5 anos, estas despesas não variaram muito, situando-se entre os 7,5 M€ e os 8,3 M€

Em termos de peso relativo, estas despesas representam cerca de 3% das despesas correntes na Madalena e no Nordeste e valores entre os 10% e os 25% nos municípios de menor dimensão, nomeadamente os das ilhas de Santa Maria, Graciosa, Flores e Corvo.



Mesmo em valores absolutos, o município de Lajes das Flores regista um valor elevado, ultrapassando o de Angra do Heroísmo, Ribeira Grande e Praia da Vitória.

Se considerarmos o total gasto nesta rubrica nos últimos 5 anos, os valores são os seguintes:

**QUADRO 12 - Aquisição de bens correntes no período 2007/2011**

*Euros*

<b>PDL</b>	8.441.062	<b>CAL</b>	1.692.794
<b>RGR</b>	3.346.298	<b>LPC</b>	1.477.464
<b>LAG</b>	2.682.439	<b>SCF</b>	1.161.257
<b>VFC</b>	2.524.889	<b>VEL</b>	1.104.137
<b>LFL</b>	2.491.460	<b>POV</b>	963.392
<b>PVT</b>	2.349.724	<b>NRD</b>	949.387
<b>VPT</b>	2.324.193	<b>SRP</b>	936.774
<b>AGH</b>	2.154.372	<b>MAD</b>	707.006
<b>SCG</b>	1.942.513	<b>CRV</b>	438.589
<b>HRT</b>	1.925.093	<b>RAA</b>	<b>39.612.843</b>

Destacam-se novamente os valores elevados de Lajes das Flores, Vila do Porto e Santa Cruz da Graciosa.

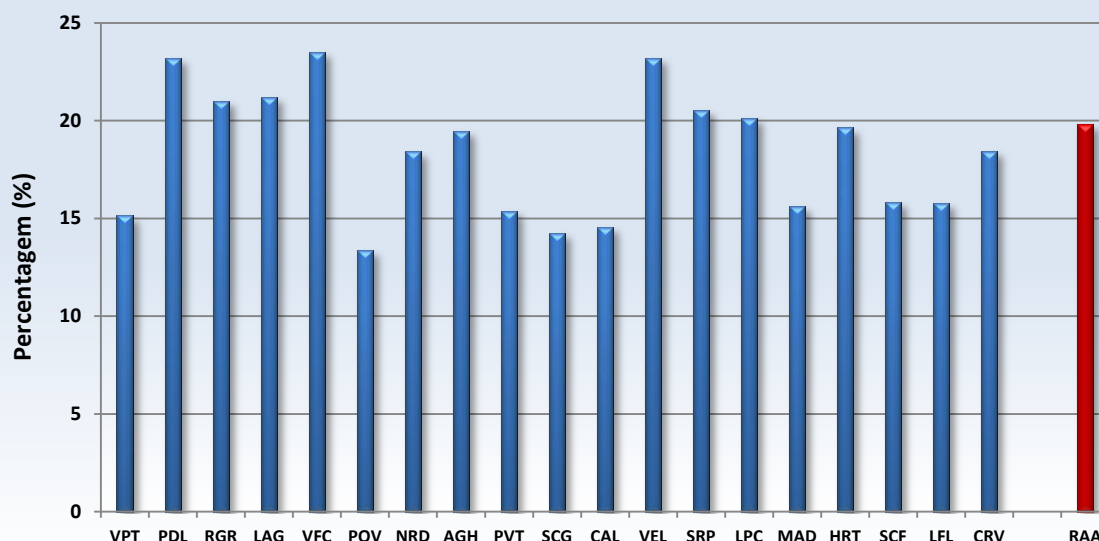
Fazem parte deste agrupamento de despesas os combustíveis (31%), peças para material de transporte (9%), material de escritório (6%) e mercadorias para venda (água e eletricidade – 6%). É na parte dos combustíveis que alguns municípios de menor dimensão apresentam valores relativamente elevados.

**2.4.3. Aquisição de serviços**

Estas despesas totalizaram 19,7 M€ em 2011, um valor praticamente igual ao de 2010 (-0,28%) e superior ao valor de 2009 em apenas 2,39%.

Neste tipo de despesas incluem-se os encargos com as instalações (17%), comunicações e transportes (10%), limpeza e higiene (9%) e trabalhos especializados (12%). A rubrica residual “Outros serviços” representa 25% do valor total deste grupo de despesas.

**GRÁFICO 13 - Percentagem das despesas de aquisição de serviços nas despesas correntes - 2011**



O peso relativo destas despesas, no contexto das despesas correntes totais, varia entre os 13% e os 23%.

Os valores mais altos são apresentados pelos municípios de Ponta Delgada, Vila Franca do Campo e Velas.

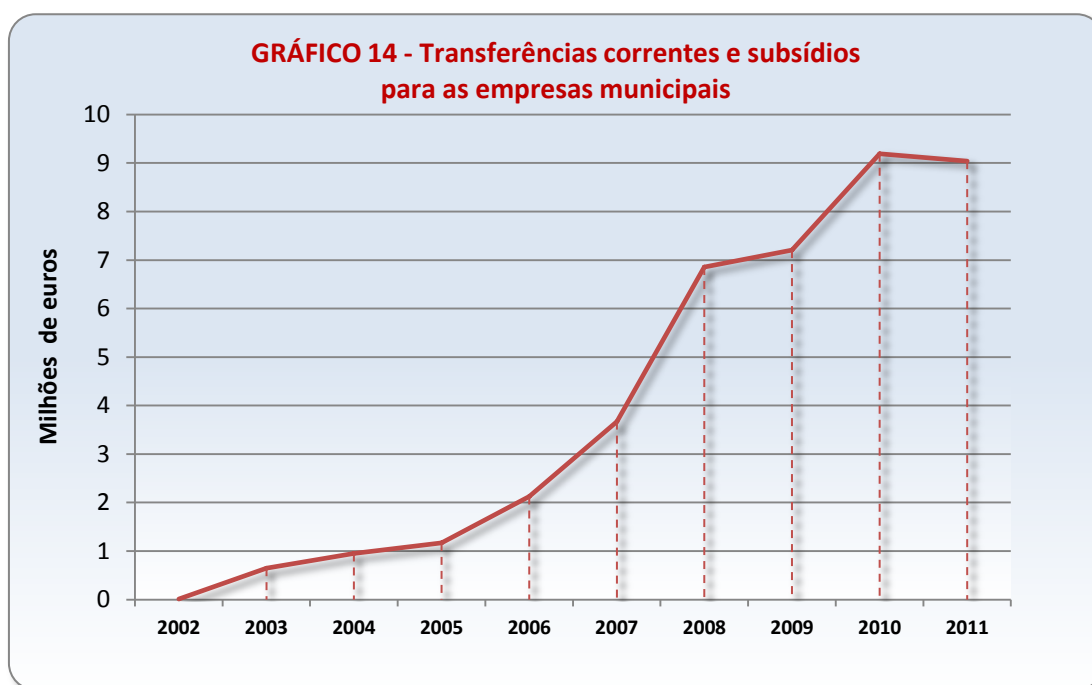
Nos últimos 5 anos, as despesas totais em aquisição de serviços situaram-se sempre na ordem dos 19 M€, sendo o valor mais alto (19,7 M€) observado em 2010, mas quase igual ao de 2011.

#### 2.4.4. Juros

Estas despesas registaram um crescimento de 8,26% em 2011. Em termos globais, estas despesas representam apenas 4% das despesas correntes, mas em certos municípios ultrapassam largamente esse valor. São de destacar os municípios de Calheta, Velas e Lajes do Pico com 14,7% e 12,2% e 9,7%, respetivamente. Com percentagens mais baixas temos Vila do Porto (0,6%), S. Roque do Pico (1,0%), Santa Cruz das Flores (1,2%) e Lajes das Flores (1,6%).

#### 2.4.5. Transferências correntes e subsídios à exploração ao Setor Empresarial Local (SEL)

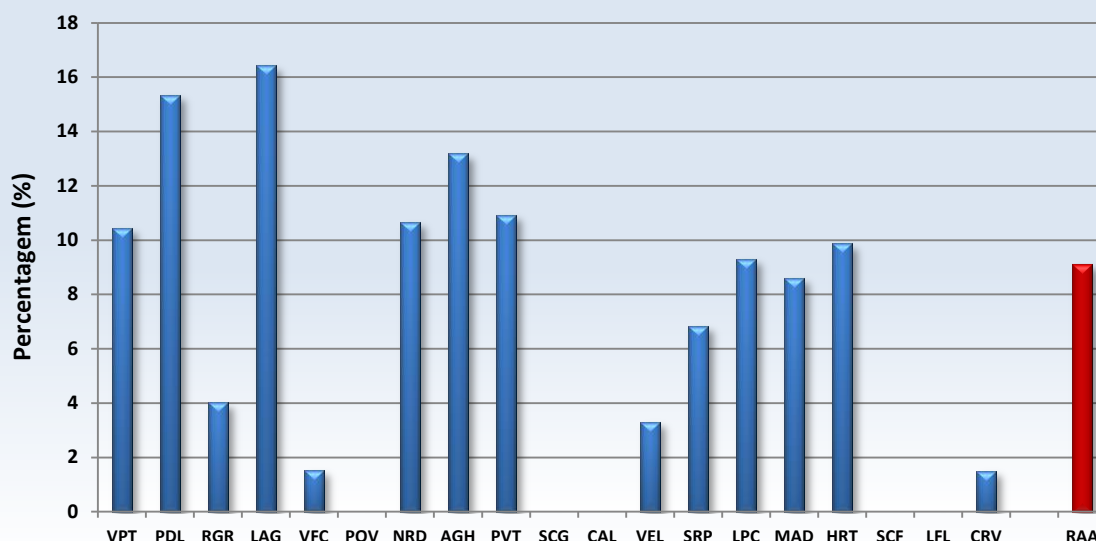
Estas despesas atingiram em 2011 cerca de 9 M€, sofrendo uma ligeira redução (-1,65%), relativamente a 2010.



Em 2011, cinco municípios não efetuaram despesas deste tipo. O gráfico 14 mostra o crescimento destas transferências de 2002 a 2010. Em 2011 a tendência inverteu-se, mas muito ligeiramente.

Em termos de expressão nas despesas correntes, é nos municípios de Lagoa (16,4%), Ponta Delgada (15,3%) e Angra do Heroísmo (13,2%), que esta despesa tem maior peso.

**GRÁFICO 15 - Percentagem das transferências correntes e subsídios ao SEL, nas despesas correntes - 2011**

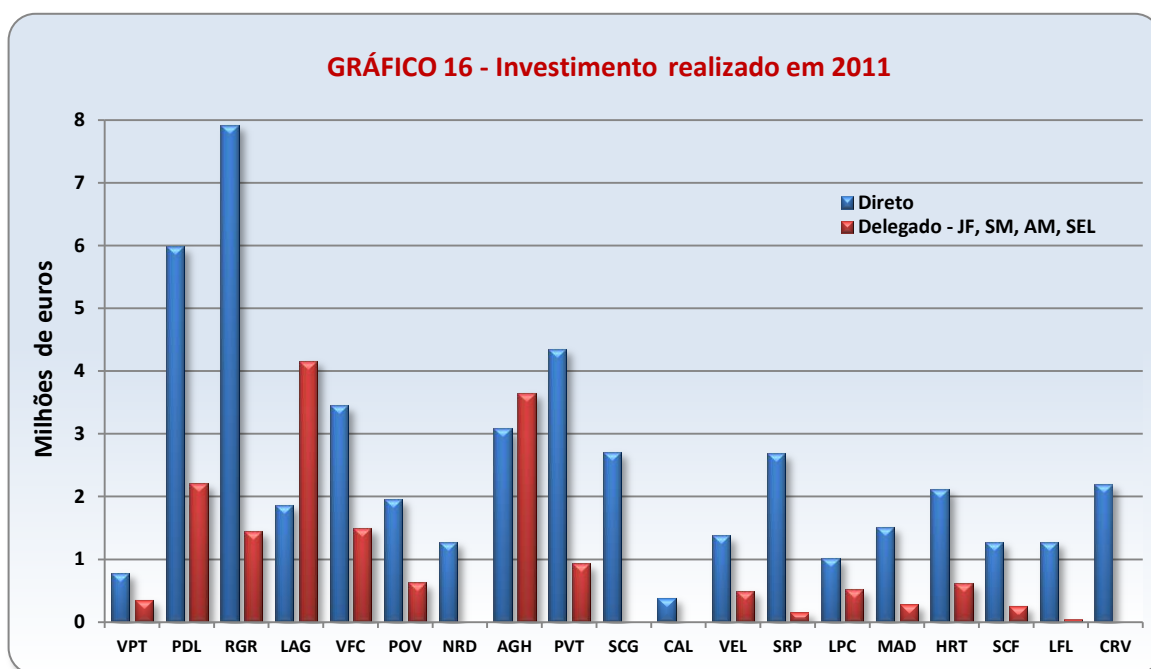


#### 2.4.6. Investimento

O investimento realizado diretamente pelos municípios sofreu uma quebra de 34,39% em 2011, totalizando nesse ano cerca de 47,2 M€. Todavia, as transferências de capital para outros setores da administração local (freguesias, serviços municipalizados, associações de municípios) e empresas municipais, destinadas a investimento a realizar por estas entidades, aumentaram 60,32%, totalizando 17,2 M€, e compensaram um pouco a redução verificada no investimento direto. Mesmo assim, somando o investimento direto e o investimento delegado, registou-se uma descida de 22,09%, em termos globais.

No gráfico 16, relativo ao investimento de 2011, podemos observar para cada município o investimento direto e indireto. Chama-se a atenção para os casos de Lagoa e Angra do Heroísmo, onde o investimento delegado supera o investimento realizado diretamente pelo município. No caso da Lagoa, o investimento delegado foi canalizado na sua quase totalidade (94%) para o SEL, mas em Angra do Heroísmo foram os serviços municipalizados a receberem 68%, ao passo que o SEL apenas absorveu 9%.



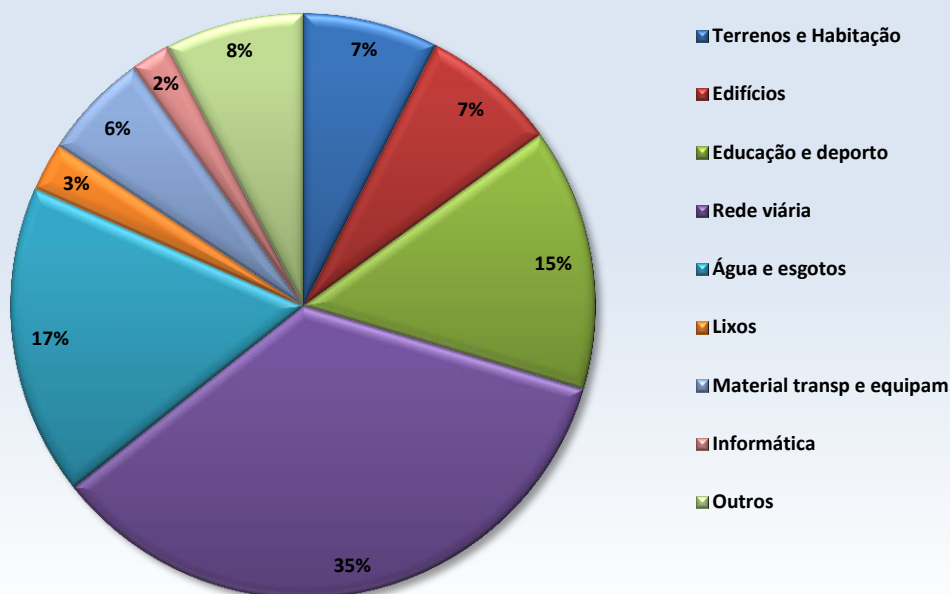


Em termos globais, os 17,2 M€ de transferências de capital (investimento delegado) destinaram-se essencialmente ao Setor Empresarial Local (60%), freguesias (21%) e serviços municipalizados (16%).

Considerando o investimento realizado diretamente pelos municípios, serviços municipalizados e associações de municípios, o valor global de 2011 ascende a 55,4 M€, assim distribuídos:

- » Municípios – 85%;
- » Serviços municipalizados – 11%;
- » Associações de municípios – 4%.

O gráfico 15 mostra as áreas de investimento nas quais foram aplicados os cerca de 55,4 M€ de investimento em 2011. Optou-se por incluir os serviços municipalizados e associações, pois não fazia sentido considerar apenas os municípios nesta análise, já que as áreas de abastecimento de água e de saneamento básico ficariam subavaliadas sem a consideração dos serviços municipalizados de Angra do Heroísmo e de Ponta Delgada, bem como das associações de municípios, sobretudo a Associação de Municípios da Ilha de São Miguel (AMISM).

**GRÁFICO 17 - Áreas de investimento - 2011****Total - 55,4 milhões €**

A rede viária revela-se como área prioritária, com mais do que o dobro do setor de abastecimento de água e esgotos. Em terceiro lugar, temos a área da educação e do desporto, com um valor aproximado. Esta estrutura é semelhante à do ano anterior.

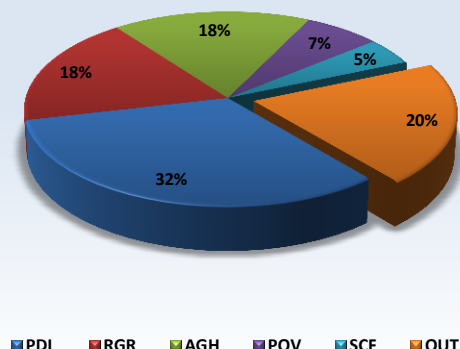
Os gráficos seguintes mostram o peso relativo dos municípios, relativamente às duas maiores áreas de investimento: rede viária e abastecimento de água e esgotos.

No setor de abastecimento de água, cerca de 80% dos 9,5 M€ gastos nesta área foram realizados por apenas 5 municípios, onde se inclui o de Santa Cruz das Flores.

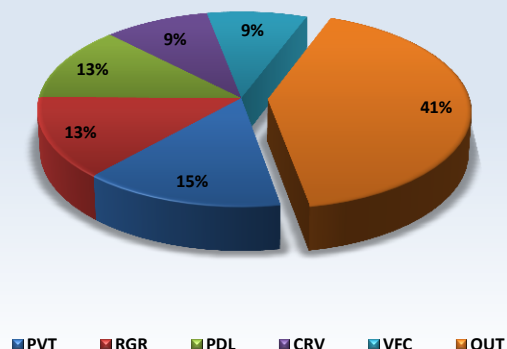
No caso da rede viária, os 5 maiores (neste contexto) realizaram 59% dos 19,2 M€ totais. Destacam-se a Praia da Vitória, sendo o município com maior volume de investimento nesta área (15%), e o Corvo, em 4º lugar (Gráfico 19). Este município recebeu uma importante comparticipação dos fundos comunitários (1,6 M€), verba superior aos fundos recebidos do OE, pela Lei das Finanças Locais.

**GRÁFICO 18 - Investimento em água e esgotos - 2011**

9,5 M€

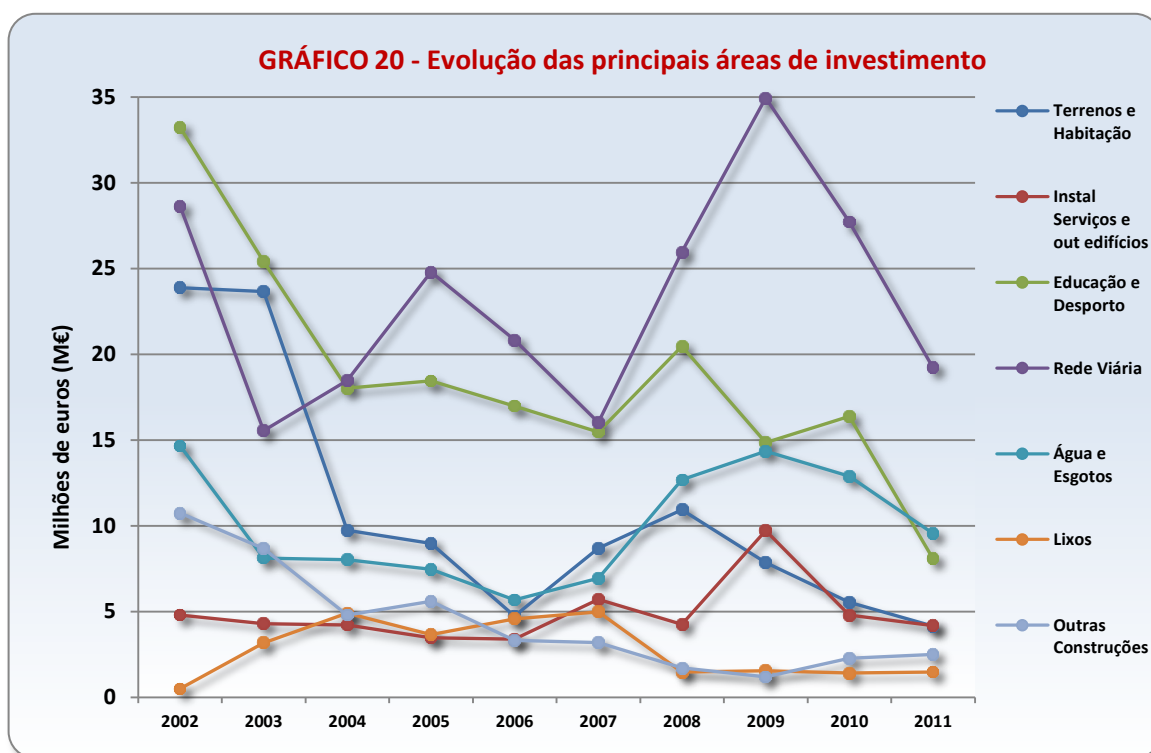
**GRÁFICO 19 - Investimento em rede viária - 2011**

19,2 M€

**» Evolução das áreas de investimento**

O gráfico 20 mostra a evolução de algumas áreas de investimento realizado ao nível municipal, englobando os próprios municípios, os serviços municipalizados e as associações de municípios.

A rede viária, sendo a área de investimento prioritária em 2011, atingiu o seu valor máximo em 2009, sendo o valor de 2011 um dos mais baixos do período considerado (2002 – 2011). No caso do setor da educação e desporto, a tendência decrescente é notória – o valor de 2011 é claramente o mais baixo do período, e o mesmo se poderá dizer, relativamente à área de terrenos e habitação. Quanto ao setor de abastecimento de água e esgotos, em 2011 revelou-se como a segunda maior área de investimento, tendo atingido o seu ponto mais baixo em 2006.



## 2.5. Plano Plurianual de Investimentos (PPI)

## QUADRO 13 - Execução do Plano Plurianual de Investimentos (PPI) – 2011

Euros

	PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS (PPI)				
	Funções Gerais	Funções Sociais	Funções Económicas	Outras Funções	TOTAL
	MUNICÍPIOS				
VPT	852	450.402	210.910	114.547	776.711
PDL	991.752	2.305.058	2.687.704	0	5.984.513
RGR	546.307	4.653.890	2.722.924	0	7.923.121
LAG	0	1.488.319	247.833	308.766	2.044.918
VFC	272.072	1.473.758	1.703.199	0	3.449.028
POV	381.783	948.945	621.910	0	1.952.638
NRD	359.295	75.801	841.617	0	1.276.714
AGH	282.443	1.849.900	947.225	0	3.079.569
PVT	510.285	1.013.547	2.802.883	18.400	4.345.116
SCG	99.130	1.262.737	1.422.664	0	2.784.531
CAL	161.815	113.221	93.014	11.855	379.904
VEL	140.973	409.265	826.158	0	1.376.396
SRP	33.620	1.107.968	1.538.697	0	2.680.285
LPC	148.021	699.726	172.900	0	1.020.648
MAD	244.627	631.543	636.089	0	1.512.259
HRT	284.732	455.369	1.295.380	74.447	2.109.927
SCF	151.295	873.949	244.985	0	1.270.229
LFL	28.925	469.296	731.744	43.670	1.273.634
CRV	69.439	234.084	1.911.424	144.208	2.359.154
<b>Σ MUN</b>	<b>4.707.366</b>	<b>20.516.778</b>	<b>21.659.258</b>	<b>715.892</b>	<b>47.599.294</b>

**Funções Gerais** - Atividades de âmbito geral da administração local, designadamente, despesas com equipamento administrativo e obras nas instalações dos serviços.

**Funções Sociais** - Funções Educação, cultura, desporto, saúde, a segurança e ação social, habitação, ordenamento do território, saneamento básico, abastecimento de água, resíduos sólidos.

**Funções Económicas** – Rede viária, parques de estacionamento, indústria, comércio, agricultura, turismo.

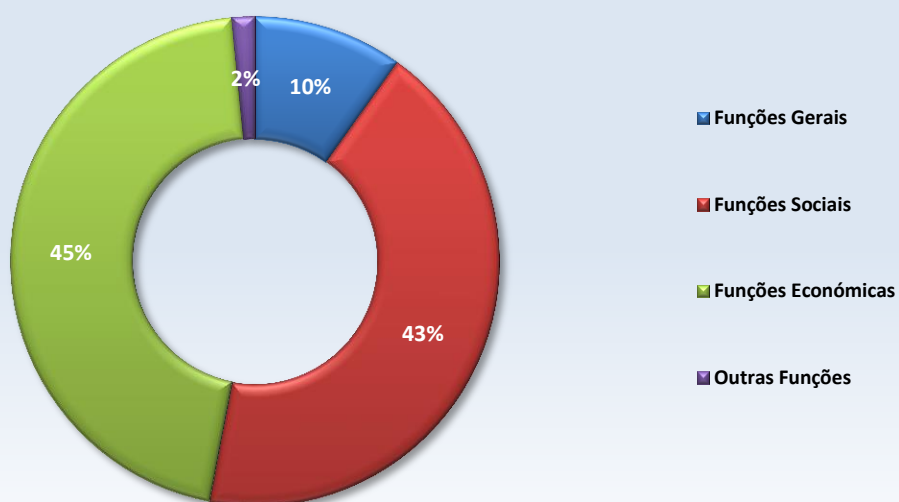
**Outras Funções** - Transferências entre administrações (delegação de competências nas JF).

O PPI inclui todas as despesas realizadas com investimentos, abrangendo as despesas de investimento propriamente ditas (empreitadas e aquisição de bens de investimento), bem como as obras por administração direta, as quais envolvem despesas correntes (pessoal, aquisição de matérias primas, etc.). O total de execução do PPI foi de 47,6 M€,

valor que, quando comparado com o valor das despesas de investimento (47,2 M€), mostra que foram poucas as despesas correntes consideradas. A administração direta terá portanto pouca expressão, sobressaindo a empreitada como forma preferencial de realização de investimentos municipais.

Sendo assim, valem os comentários feitos no âmbito do investimento e das respetivas áreas.

**GRÁFICO 21 - Plano Plurianual de Investimentos - Execução 2011 -  
MUNICÍPIOS**



### **3. ANÁLISE FINANCEIRA, ECONÓMICA E PATRIMONIAL DOS MUNICÍPIOS**

#### **3.1. Componentes do Balanço e da Demonstração de Resultados dos Municípios**

##### **3.1.1. Análise das Componentes da Demonstração de Resultados**

No seu conjunto, os municípios obtiveram em 2011 um resultado líquido de 6,6 M€, um valor que é 158% superior ao do ano anterior. Trata-se apenas de um valor global, pois se virmos município a município, teremos resultados positivos nuns e negativos noutros. Como se pode verificar no mapa resumo dos 3 últimos anos (Quadro 14), a melhoria verificada deve-se mais a uma redução de custos do que a um aumento de proveitos, e isto na parte operacional dos resultados. De facto, os custos operacionais baixaram 4,23% enquanto os proveitos operacionais baixaram apenas 1,06%. O peso relativo da parte operacional (proveitos e custos) no total de custos e proveitos é de cerca de 85%.

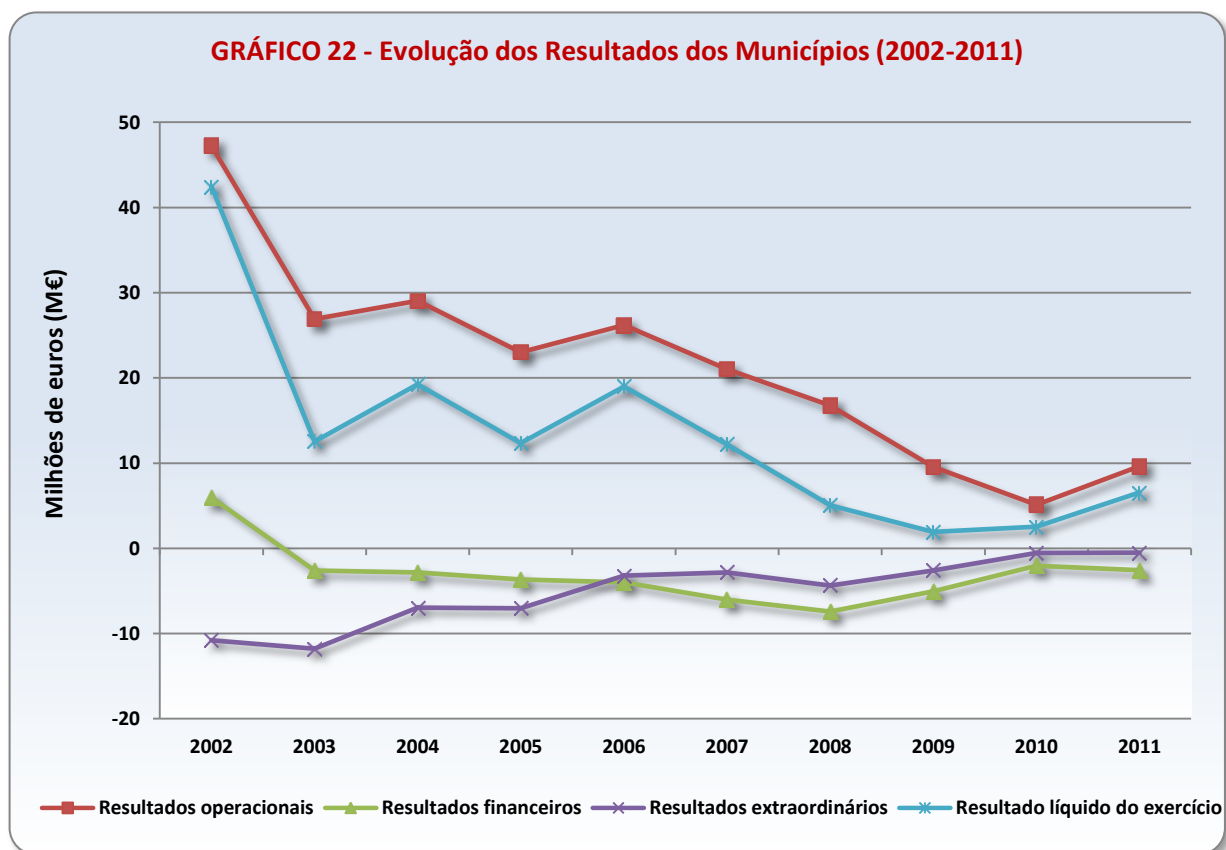
O resultado financeiro negativo de 2,6 M€ é normal – os municípios recorrem mais ao crédito do que efetuam depósitos e outras aplicações financeiras. Quanto aos resultados extraordinários, eles estão relacionados em grande parte com as participações financeiras obtidas para investimentos (proveitos extraordinários) e as delegações de competências concedidas para investimentos (transferências de capital para freguesias, serviços municipalizados, associações de municípios, empresas municipais), que constituem custos extraordinários. Estes resultados foram de -500 mil euros em 2011, valor que, mesmo sendo negativo foi o melhor resultado global dos últimos 10 anos, tendo-se verificado valores negativos da ordem dos 11 M€, em 2002 e 2003, e da ordem dos 7 M€ em 2004 e 2005. Em contrapartida, o resultado operacional verificado em 2011, apesar de ser bom (9,6 M€) e de ter aumentado 88,09%, relativamente a 2010, constitui o segundo valor mais baixo dos últimos 10 anos. Entre 2002 e 2007 este valor foi sempre superior a 20 M€.

**QUADRO 14 – Demonstração de Resultados - Municípios da RAA**

Euros

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS Municípios da RAA	2009 Valores	2010 Valores	Δ % 2009/2010	2011 Valores	Δ % 2010/2011
Custos operacionais	141.867.339	144.170.897	1,62%	138.073.747	-4,23%
Proveitos operacionais	151.434.449	149.291.577	-1,42%	147.705.052	-1,06%
Custos e perdas financeiros	5.635.561	3.750.928	-33,44%	4.387.303	16,97%
Proveitos e ganhos financeiros	594.365	1.704.512	186,78%	1.813.465	6,39%
Custos e perdas extraordinários	17.664.520	24.507.648	38,74%	23.319.378	-4,85%
Proveitos e ganhos extraordinários	15.076.637	23.973.275	59,01%	22.818.926	-4,82%
<b>Resultados operacionais</b>	<b>9.567.111</b>	<b>5.120.681</b>	<b>-46,48%</b>	<b>9.631.305</b>	<b>88,09%</b>
<b>Resultados financeiros</b>	<b>-5.041.196</b>	<b>-2.046.417</b>	<b>59,41%</b>	<b>-2.573.838</b>	<b>-25,77%</b>
<b>Resultados extraordinários</b>	<b>-2.587.883</b>	<b>-534.373</b>	<b>79,35%</b>	<b>-500.452</b>	<b>6,35%</b>
<b>Resultado líquido do exercício</b>	<b>1.938.031</b>	<b>2.539.891</b>	<b>31,06%</b>	<b>6.557.015</b>	<b>158,16%</b>

O gráfico 22 mostra a evolução, nos últimos 10 anos, ou seja, desde o início da aplicação do POCAL, dos diferentes tipos de resultados, no total dos municípios





O quadro seguinte compara a execução patrimonial com a execução orçamental. É interessante verificar que, apesar de se verificar um excesso de 4.834 euros de despesas, relativamente às receitas, foi possível obter um resultado líquido positivo de 6.557.015 euros, mostrando como estas duas realidades são diferentes.

### QUADRO 15 - Execução patrimonial e orçamental em 2011

Euros			
<b>Proveitos totais</b>	172.337.443	<b>Receitas totais</b>	194.543.350
<b>Custos totais</b>	165.780.428	<b>Despesas totais</b>	194.548.184
<b>Saldo patrimonial (RLE)</b>	6.557.015	<b>Saldo orçamental *</b>	-4.834

(\*) Gerado no próprio ano

#### 3.1.1.1. Os custos e proveitos nos diversos municípios

No quadro 16, podemos ver como se comparam os municípios nos resultados operacionais, financeiros e extraordinários. Repare-se que faz sentido confrontar uns municípios com os outros no que respeita a resultados, porque se os proveitos dos municípios maiores são superiores em valores absolutos, os custos também o são, pelo que o saldo ou diferença entre ambos pode ser objeto de comparação.

Ora, como se pode verificar, as diferenças são enormes. Nos resultados extraordinários e mesmo financeiros será normal haver diferenças, dada a natureza destes, mas nos resultados operacionais seria de esperar mais homogeneidade.

**QUADRO 16 – Estrutura dos Resultados dos Municípios em 2011**

Euros

Municípios	Proveitos operacionais	Custos operacionais	Resultados operacionais	Resultados financeiros	Resultados extraordinários	Resultados líquidos
VPT	4.636.446	4.179.772	456.675	-7.749	-523.641	-74.715
PDL	29.850.070	30.187.173	-337.103	579.784	-92.320	150.361
RGR	15.357.610	10.524.135	4.833.475	-209.513	176.162	4.800.124
LAG	12.037.901	10.415.059	1.622.842	-204.890	-1.052.938	365.014
VFC	6.954.710	9.379.842	-2.425.132	-648.542	1.580.278	-1.493.395
POV	5.313.764	4.564.798	748.966	-215.296	1.102.939	1.636.608
NRD	4.774.566	4.730.711	43.856	-377.660	923.700	589.895
AGH	16.818.709	12.552.659	4.266.049	-269.304	-2.106.729	1.890.017
PVT	8.899.865	10.230.373	-1.330.508	-215.959	-253.160	-1.799.627
SCG	3.542.371	3.152.861	389.510	-40.752	-147.627	201.131
CAL	4.058.836	2.815.397	1.243.439	-342.970	114.722	1.015.191
VEL	4.920.259	4.363.447	556.813	-59.525	-60.857	436.431
SRP	3.836.660	4.335.468	-498.808	-33.964	-230.321	-763.092
LPC	4.662.241	4.925.721	-263.479	-219.064	-388.686	-871.229
MAD	5.465.723	4.909.875	555.849	-52.632	805.800	1.309.016
HRT	8.661.390	9.765.597	-1.104.207	-186.561	-336.182	-1.626.950
SCF	3.105.959	2.363.662	742.297	-95.248	-160.657	486.392
LFL	3.158.867	3.445.709	-286.843	43.737	-3.123	-246.229
CRV	1.649.104	1.231.489	417.615	-17.731	152.187	552.071
<b>TOTAL</b>	<b>147.705.052</b>	<b>138.073.747</b>	<b>9.631.305</b>	<b>-2.573.838</b>	<b>-500.452</b>	<b>6.557.015</b>

Nos resultados operacionais sobressaem, pela positiva, os municípios de Ribeira Grande, Angra do Heroísmo, Lagoa e Calheta, e pela negativa, os municípios de Vila Franca do Campo, Praia da Vitória e Horta.

Os resultados operacionais são determinados pelos diversos custos e proveitos operacionais, os quais variam de um ano para o outro, não sendo fácil encontrar as causas que provocam um agravamento do resultado operacional de um ano para o outro.

Vejamos com mais detalhe a situação de alguns municípios:

- a) **Ponta Delgada** - um dos fatores que afetam os custos operacionais, e por conseguinte, os resultados operacionais, é o dos subsídios à exploração, concedidos às empresas públicas. O município de Ponta Delgada aumentou estes subsídios em 17% e ao mesmo tempo os seus proveitos operacionais

baixaram quase 11%. Daí o resultado operacional negativo (-337.103 €), que no entanto é a primeira vez que acontece. Entre 2002 e 2010 a média deste resultado foi de 5 M€ positivos.

- b) **Vila Franca do Campo** - Este município apresentou resultados operacionais negativos nos últimos 5 anos, mas tem vindo a diminuir este défice operacional (-6,7 M€ em 2009, -4,7 M€ em 2010, e -2,4 M€ em 2011). Estes défices são sobretudo causados por custos inscritos como provisões para riscos e encargos - processos judiciais, que em 2011 eram de 1,9 M€, e no ano anterior aproximaram-se dos 4 M€. Em 2011, os custos operacionais baixaram 18% e os proveitos operacionais aumentaram 3%.
- c) **Praia da Vitória** – Neste município, os custos operacionais aumentaram 9% e os proveitos operacionais diminuíram 5,6%, o que se traduziu num resultado operacional negativo de -1,3 M€, depois de uma série de 7 anos de resultados operacionais positivos. Uma redução nos proveitos resultantes de impostos e taxas, bem como nas transferências obtidas, associada a aumentos, quer nas amortizações do imobilizado, quer nas provisões (neste caso, de quase 800 mil euros) justificam o resultado obtido.
- d) **São Roque do Pico** – Apresenta resultados operacionais negativos desde 2004, e em 2011 este valor situou-se em cerca de -500 mil euros, agravando este défice em 157%. De referir que o próprio resultado líquido também se apresenta negativo desde 2004, sendo de -763 mil euros em 2011.

Por estranho que pareça, este município, apesar desta série de resultados negativos, é um dos municípios menos endividados. Em 2011, a dívida bancária era de 1,4 M€ e a dívida não bancária de apenas 53 mil euros. A dívida total era, assim, de 1,5 M€, bastante inferior à de outros municípios de semelhante dimensão (Lajes do Pico – 8 M€, Madalena – 5 M€, Calheta – 9,7 M€, Velas – 9,4 M€).

Em 2011, a sua dívida total representava “apenas” 39% das receitas próprias (receitas locais + Fundos OE), comparada com 162% para o total dos

municípios da Região. Só Vila do Porto (27%) e Santa Cruz das Flores (36%) apresentavam um rácio melhor.

- e) **Lajes do Pico** – Apresenta um resultado operacional negativo de -263 mil euros, depois de 3 anos de resultados positivos. Tanto os proveitos como os custos operacionais têm-se situado na ordem dos 4 M€, nos últimos 8 anos. Em 2011, os custos operacionais aumentaram 6,4% e os proveitos baixaram 1,6%.
- f) **Horta** – este município nunca apresentou resultados positivos, sejam eles operacionais, financeiros, ou extraordinários, o que não acontece com mais nenhum dos outros. Em 2011, o resultado operacional foi de -1,1 M€, melhorando um pouco, face a 2010 (-1,6 M€). Ao contrário de S. Roque do Pico, que também apresenta regularmente resultados negativos, no município da Horta, o peso da dívida total nas receitas próprias é de 98%.

Nos resultados financeiros, apenas Lajes das Flores apresenta valor positivo, mas aqui o normal é serem negativos, como se referiu no início do ponto 3.1.1.

### **3.1.2. Análise das Componentes do Balanço**

No quadro 17, podemos ver os valores dos grandes agregados do balanço global dos municípios no último triénio.

**QUADRO 17 - Balanço-Municípios da Região Autónoma dos Açores**

Euros

BALANÇO - Municípios da RAA	2009		2010		$\Delta$ % 2009/2010	2011		$\Delta$ % 2010/2011
	Valores	%	Valores	%		Valores	%	
Imobilizado Incorpóreo	5.794.819	0,49%	6.325.719	0,52%	9,16%	5.937.094	0,48%	-6,14%
Imobilizado Corpóreo	1.083.817.386	91,86%	1.095.673.408	89,83%	1,09%	1.100.590.256	88,56%	0,45%
Imobilizado Financeiro	30.780.118	2,61%	57.981.415	4,75%	88,37%	65.073.911	5,24%	12,23%
Existências	1.806.598	0,15%	2.150.762	0,18%	19,05%	2.254.804	0,18%	4,84%
Dívidas de Terceiros	25.202.834	2,14%	15.756.442	1,29%	-37,48%	26.128.836	2,10%	65,83%
Disponibilidades	9.243.183	0,78%	11.251.829	0,92%	21,73%	11.375.997	0,92%	1,10%
Acréscimos de Proveitos	2.439.856	0,21%	4.662.497	0,38%	91,10%	4.151.982	0,33%	-10,95%
Custos Diferidos	20.797.775	1,76%	25.890.853	2,12%	24,49%	27.275.020	2,19%	5,35%
<b>Ativo Total</b>	<b>1.179.882.569</b>	<b>100,00%</b>	<b>1.219.692.926</b>	<b>100,00%</b>	<b>3,37%</b>	<b>1.242.787.900</b>	<b>100,00%</b>	<b>1,89%</b>
<b>Fundos Próprios</b>	<b>619.687.348</b>	<b>100,00%</b>	<b>656.211.657</b>	<b>100,00%</b>	<b>5,89%</b>	<b>679.397.406</b>	<b>100,00%</b>	<b>3,53%</b>
Provisões para riscos e encargos	10.430.403	1,86%	8.273.633	1,47%	-20,68%	3.011.455	0,53%	-63,60%
Dívida Bancária	162.637.757	29,03%	162.512.092	28,84%	-0,08%	158.761.511	28,18%	-2,31%
Dívida não Bancária	91.055.358	16,25%	86.329.214	15,32%	-5,19%	76.519.834	13,58%	-11,36%
<b>Passivo Exigível</b>	<b>264.123.518</b>	<b>47,15%</b>	<b>257.114.939</b>	<b>45,63%</b>	<b>-2,65%</b>	<b>238.292.800</b>	<b>42,30%</b>	<b>-7,32%</b>
Acréscimos de Custos	7.067.041	1,26%	7.905.213	1,40%	11,86%	6.403.490	1,14%	-19,00%
Proveitos Diferidos	289.004.662	51,59%	298.461.117	52,97%	3,27%	318.694.203	56,57%	6,78%
<b>Passivo Total</b>	<b>560.195.221</b>	<b>100,00%</b>	<b>563.481.269</b>	<b>100,00%</b>	<b>0,59%</b>	<b>563.390.494</b>	<b>100,00%</b>	<b>-0,02%</b>
<b>Fundos Próprios e Passivo</b>	<b>1.179.882.569</b>		<b>1.219.692.926</b>		<b>3,37%</b>	<b>1.242.787.900</b>		<b>1,89%</b>

Optou-se por incluir no imobilizado corpóreo os bens do domínio público, uma vez que os critérios utilizados pelos municípios, relativamente à classificação de bens em domínio público ou domínio privado, não são homogéneos, ficando deste modo facilitados os comentários e comparações entre eles. De facto, o peso percentual dos bens do domínio público no conjunto destes dois agregados (imobilizado corpóreo e bens de domínio público) varia entre 18% na Lagoa e 83% em Lajes do Pico.

O quadro seguinte mostra a diversidade de critérios adotados pelos municípios, relativamente à classificação orçamental e patrimonial de algumas áreas de investimento:

**QUADRO 18 – Classificação de alguns investimentos nos municípios - 2011***Euros*

CONCELHOS	Viadutos, arruamentos ...		Viação rural		Captação e distribuição água		Drenagem de águas residuais	
	Imobilizado Corpóreo	Bens domínio público	Imobilizado Corpóreo	Bens domínio público	Imobilizado Corpóreo	Bens domínio público	Imobilizado Corpóreo	Bens domínio público
VPT				148.760		39.487		
PDL		2.396.022						
RGR		2.586.586			608.927	297.463	715.835	715.835
LAG	388.288	221.100				118.008	72.576	72.576
VFC	1.703.199							
POV	21.774		7.590		554.195		93.372	93.372
NRD		680.355		116.263				
AGH		826.194						
PVT	2.782.985							
SCG	54.157	976.329			305.924	14.870		
CAL	77.045	3.712		8.590	99.980			
VEL		770.807				89.018		
SRP				1.287.277	117.580			
LPC				8.116				
MAD				551.180	330.834	5.338		
HRT			1.211.069			91.904		
SCF	217.653		26.931		430.927			
LFL			319.927		27.530			
CRV		1.795.486			19.816			

Os investimentos em viadutos, arruamentos e obras complementares foram totalmente ou maioritariamente considerados como bens de domínio público nos municípios de Ponta Delgada, Ribeira Grande, Nordeste, Angra do Heroísmo, Santa Cruz da Graciosa, Calheta e Corvo, sendo integrados no imobilizado corpóreo nos municípios de Vila Franca do Campo, Praia da Vitória e Santa Cruz das Flores.

Na área de viação rural, verifica-se um predomínio dos bens de domínio público nos municípios de S. Roque do Pico e Madalena e do imobilizado corpóreo na Horta e Lajes das Flores. A Ribeira Grande considera a drenagem de águas residuais como bem de domínio público, ao contrário de Vila Franca do Campo ou da Praia da Vitória. Assim, faz todo o sentido agrupar estas duas variáveis.

### 3.1.2.1. Ativo

#### a) Imobilizado Incorpóreo

No imobilizado incorpóreo, regista-se uma redução de 6,14% em 2011. Foram realizados cerca de 1 M€ de novos bens, mas as amortizações registadas em 2011 foram de 1,4 M€, daí a redução no imobilizado incorpóreo líquido. A representatividade desta componente no ativo é de apenas 0,5%. Os únicos municípios que não apresentam qualquer valor de imobilizado incorpóreo são os de Ponta Delgada e Santa Cruz das Flores. Refira-se que os PDM e outros planos de ordenamento são integrados neste capítulo do imobilizado, na conta 432 “Despesas de investigação e desenvolvimento”, sendo estranho que alguns municípios não apresentem qualquer valor, mesmo de imobilizado bruto, nesta conta, ou em qualquer outra do imobilizado incorpóreo.

#### b) Imobilizado Corpóreo

O imobilizado corpóreo continua a ser a maior componente do ativo, no entanto a sua participação desce para 88,56%, inferior à dos anos 2009 e 2010. Esta redução resulta do aumento acentuado de outras duas componentes do ativo: dívidas a receber de terceiros (aumento de 65,83%) e imobilizado financeiro (aumento de 12,23%).

No quadro 19 podemos observar a evolução do imobilizado corpóreo e perceber por que razão o seu valor pouco se alterou nos últimos 3 anos. As despesas de investimento anuais têm sido parcialmente compensadas pelas amortizações do exercício (37 M€), pelo que o imobilizado corpóreo (valor líquido) apenas aumentou 0,4% em 2011. Repare-se que o imobilizado em curso tem vindo a decrescer num ritmo mais acentuado, concluindo-se que se vem a realizar menos obras novas, situação diretamente relacionada com o menor volume das despesas de investimento, que entre 2009 e 2011 reduziram cerca de 44%

**QUADRO 19 – Evolução do Imobilizado Corpóreo**

	2009	2010	2009 / 2010 (%)	2011	2010 / 2011 (%)
<b>Despesas de investimento</b>	84.142.668	71.895.481	-14,56%	47.170.817	-34,39%
<b>Imobilizado corpóreo</b>	1.083.817.386	1.095.673.408	1,09%	1.100.590.256	0,45%
<b>Imobilizado corpóreo em curso</b>	155.145.320	117.044.592	-24,56%	92.338.582	-21,11%
<b>Amortizações do exercício</b>	35.777.846	37.549.843	4,95%	36.723.538	-2,20%

**c) Imobilizado Financeiro**

O imobilizado financeiro aumentou 12,23%, totalizando cerca de 65 M€, sendo 69,3% do município de Ponta Delgada, 11,2% da Praia da Vitória, 4,5 % de Santa Cruz das Flores e 3,4% do Nordeste.

Angra do Heroísmo representa apenas 0,5% desta verba total de 65 M€, e a Ribeira Grande, 0,4%.

A maior parcela do imobilizado financeiro refere-se a partes de capital (conta 411), relativas à participação dos municípios no capital de empresas e outras entidades. É de salientar também a conta 414 – investimentos em imóveis, onde aparecem valores relativamente elevados em Santa Cruz das Flores (2,9 M€) e Praia da Vitória (1,6 M€).

**d) Existências**

O valor total desta conta é de 2,3 M€ o que constitui um valor pouco significativo num ativo total de 1.242,8 M€.

Os municípios de Povoação, Santa Cruz da Graciosa e Lajes das Flores não apresentam qualquer valor em existências.

**e) Dívidas de terceiros**

Os créditos sobre terceiros totalizavam 26,1 M€ em 2011, mais 66% do que os 15,8 M€ do ano anterior. No entanto, em 2009 esta rubrica apresentava o



valor de 25,2 M€ e em 2008, 18 M€, o que mostra o seu comportamento oscilatório. A maior parte destes créditos refere-se a comparticipações por receber de outras entidades (União Europeia, Governo Regional) e daí a justificação para as alterações de valores de ano para ano. O ritmo de execução e de utilização dos fundos comunitários disponíveis no período de vigência do quadro comunitário não é o mesmo em todos os municípios.

O aumento verificado nos créditos sobre terceiros deve-se sobretudo a “Outros devedores – conta 268”, já que as restantes dívidas a receber, incluindo clientes, contribuintes e utentes, bem como Estado e Administração autárquica, diminuíram ligeiramente, em termos globais.

**f) Depósitos e Caixa**

No final de 2011, o valor disponível em cofre e depósitos bancários era de 11,4 M€, semelhante ao do ano anterior.

**g) Acréscimos e diferimentos**

No Ativo, a conta 27 “Acréscimos e Diferimentos” reúne as contas 271 “Acréscimos de Proveitos” e 272 “Custos Diferidos”. Acréscimos e diferimentos são contas que existem no Ativo e no Passivo e que substituem ou servem de contrapartida às contas de custos e proveitos quando o reconhecimento destes não coincide com os recebimentos e pagamentos a que eles estão associados.

A conta 271 “Acréscimos de Proveitos” serve de contrapartida aos proveitos reconhecidos no exercício, quando a verba correspondente só entra em exercícios seguintes, ou seja, substitui a conta de disponibilidades, que só será movimentada quando o dinheiro efetivamente entrar. Exemplos: juros de depósitos, que constituem proveito de um exercício, e que o Banco só irá creditar no ano seguinte; participações em resultados de empresas, que serão

distribuídos no ano seguinte. Esta conta atingiu a soma total de 4,1 M€ em 2013.

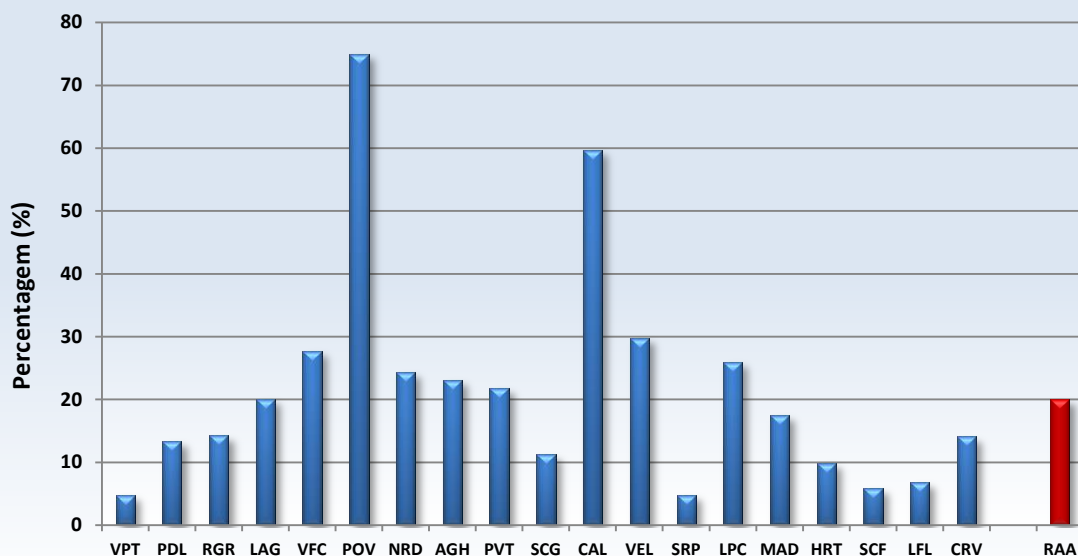
No caso da conta 272 “Custos Diferidos”, verifica-se o pagamento ou o reconhecimento de uma dívida cujo custo só será reconhecido em exercícios futuros. Neste caso, a conta que é substituída é a conta de custos. Como exemplos temos as rendas ou os seguros pagos no próximo ano, mas que constituem custo do ano seguinte. Em 2013, esta conta atingiu os 27,3 M€, mas será de salientar que só no município da Povoação esta conta apresentou um valor de 19,4 M€. Este município apresenta no seu Passivo (conta 2684) uma dívida de 20,4 M€, correspondentes a “contratos futuros”, sendo esta a contrapartida de tão elevado montante de custos diferidos. Estes contratos futuros referem-se às empresas municipais, conforme consta dos documentos de prestação de contas daquele município.

#### **3.1.2.2. Passivo**

Atendendo ao peso que os proveitos diferidos, resultantes das participações recebidas, representam no passivo total (56,57%), sem que estes constituam dívida propriamente dita, faz mais sentido considerar o chamado passivo exigível, que em média representa cerca de 42% do passivo total.

Em termos globais, em 2011, os municípios da RAA tinham um passivo exigível de 238,2 M€, face a um ativo total de 1.242,8 M€, representando 19,2% deste. A dívida bancária representa cerca de 67% do passivo exigível e a não bancária 32,1%, ou seja, um pouco menos de metade.

O gráfico 23 mostra o peso percentual do passivo exigível, relativamente ao imobilizado líquido em 2011. A ideia é mostrar que percentagem do imobilizado está coberta por dívida, ou por outras palavras, qual a parcela do imobilizado que seria necessário vender para pagar as dívidas.

**GRÁFICO 23 - Passivo exigível / Imobilizado líquido - 2011**

Os valores mais elevados surgem nos municípios da Povoação e da Calheta. Vila Franca do Campo tem uma dívida total semelhante à da Povoação (31 M€), no entanto, o seu imobilizado líquido é bastante superior. Velas e Calheta têm uma dívida total semelhante (9 e 10 M€), mas neste gráfico, Velas apresenta um rácio que é metade do da Calheta e mesmo assim é o terceiro mais alto, a seguir a Povoação e Calheta. Os resultados mais elevados podem ter duas justificações: o ativo encontra-se subavaliado e/ou a dívida não foi contraída para investimento, mas sim para transferir para outras entidades (empresas municipais), que será o caso da Povoação.

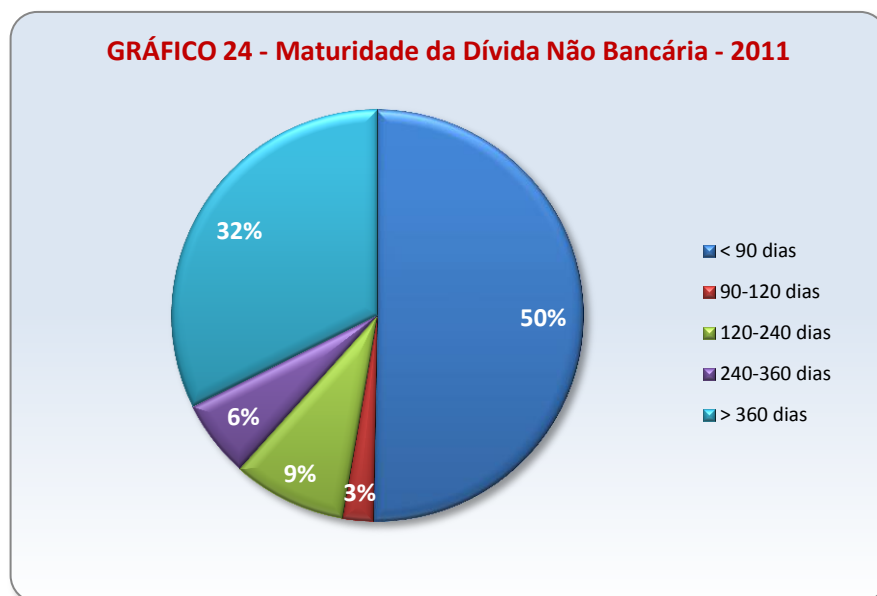
#### **a) Dívidas a fornecedores**

A dívida a fornecedores de bens e serviços correntes e fornecedores de imobilizado (incluída nos 76,5 M€ da Dívida não Bancária – Quadro 17) era de 36,8 M€ em 2011. Comparando com os anos anteriores (41,8 M€ em 2008, 56,1 M€ em 2009 e 44,2 M€ em 2010) confirma-se a tendência de abrandamento destas dívidas.

### Pagamentos em atraso

Com a entrada em vigor da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso (LCPA) – Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, assume importância não só o valor das dívidas, mas também o seu atraso. Os municípios passaram a enviar mensalmente, em formato digital, através da aplicação informática SIAL da responsabilidade da DGAL, elementos sobre o atraso das dívidas, bem como dos fundos disponíveis para novos compromissos, tendo como objetivo não aumentar os pagamentos em atraso, que segundo a legislação referida são aqueles com atraso superior a 90 dias.

No que respeita à dívida não bancária, podemos ver no gráfico seguinte a maturidade da mesma, distribuída por dias de atraso. É interessante verificar que a maior parcela (50%) diz respeito à dívida com menos de 90 dias, mas logo de seguida, com um peso de 32%, vem a dívida com mais de 360 dias de atraso.



Há 12 municípios com pagamentos em atraso superior a 1 ano, sendo que em 6 deles estas dívidas representam mais de 30%. Por outro lado, existem 5 municípios sem dívida com atraso superior a 90 dias. O quadro seguinte mostra a situações dos municípios, relativamente a este indicador.

**QUADRO 20 - Maturidade da dívida não bancária - 2011**

Euros

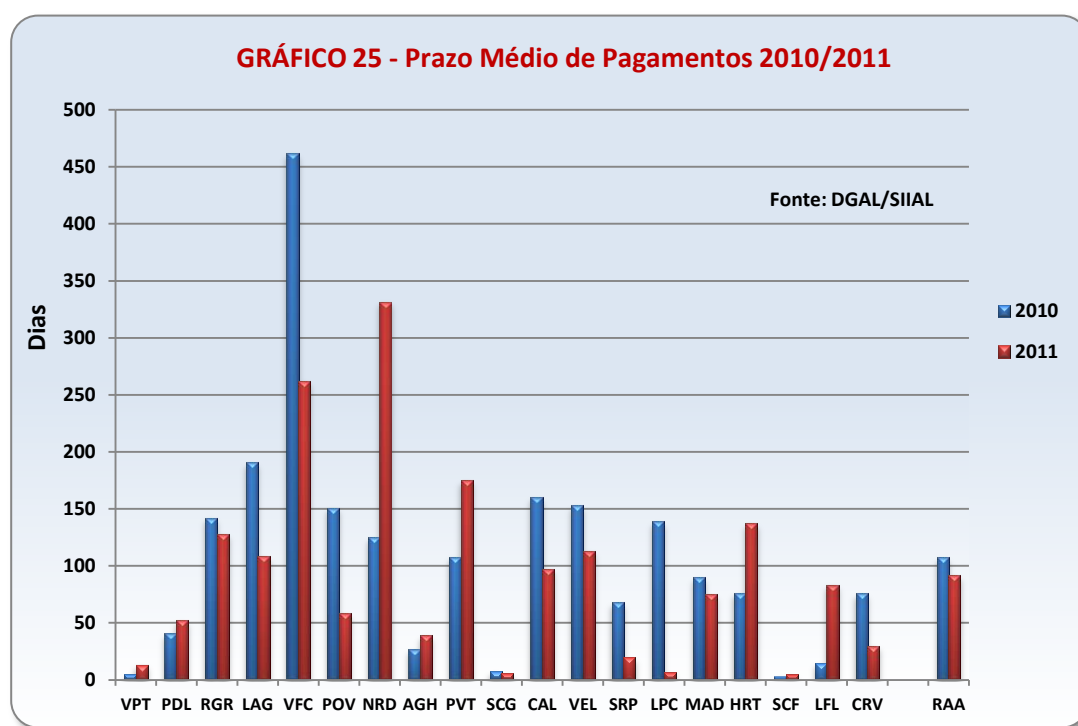
MUNICÍPIOS	< 90 dias	%	90-120 dias	%	120-240 dias	%	240-360 dias	%	> 360 dias	%	TOTAL
VPT	390.259	100,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	390.259
PDL	2.408.542	57,18%	255.266	6,06%	1.021.153	24,24%	145.236	3,45%	381.729	9,06%	4.211.926
RGR	2.771.922	37,13%	214.728	2,88%	965.682	12,93%	905.387	12,13%	2.608.398	34,94%	7.466.117
LAG	815.045	44,75%	54.227	2,98%	68.831	3,78%	107.147	5,88%	776.245	42,62%	1.821.495
VFC	2.307.821	69,41%	49.585	1,49%	146.632	4,41%	69.618	2,09%	751.051	22,59%	3.324.707
POV	0	0,00%	20.463	0,47%	108.382	2,49%	108.930	2,51%	4.109.246	94,53%	4.347.021
NRD	2.705.544	23,71%	267.957	2,35%	1.501.949	13,16%	1.036.870	9,09%	5.897.746	51,69%	11.410.066
AGH	3.655.080	100,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	3.655.080
PVT	4.882.428	60,07%	65.148	0,80%	484.271	5,96%	273.971	3,37%	2.422.348	29,80%	8.128.166
SCG	34.651	84,87%	6.179	15,13%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	40.830
CAL	633.545	66,01%	2.062	0,21%	12.945	1,35%	2.335	0,24%	308.893	32,18%	959.779
VEL	5.670.879	87,68%	145.327	2,25%	172.907	2,67%	91.910	1,42%	386.379	5,97%	6.467.402
SRP	17.523	33,19%	35.278	66,81%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	52.801
LPC	117.540	100,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	117.540
MAD	436.263	51,47%	62.965	7,43%	133.268	15,72%	104.575	12,34%	110.553	13,04%	847.625
HRT	621.331	39,15%	108.264	6,82%	203.998	12,85%	492.727	31,05%	160.753	10,13%	1.587.073
SCF	43.242	100,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	43.242
LFL	231.586	43,01%	51.436	9,55%	144.627	26,86%	33.057	6,14%	77.790	14,45%	538.495
CRV	256.172	100,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	256.172
<b>TOTAL</b>	<b>27.999.375</b>	<b>50,30%</b>	<b>1.338.883</b>	<b>2,41%</b>	<b>4.964.645</b>	<b>8,92%</b>	<b>3.371.763</b>	<b>6,06%</b>	<b>17.991.131</b>	<b>32,32%</b>	<b>55.665.797</b>

No caso de Ponta Delgada, consideramos oportuno chamar a atenção para o seguinte: No final de 2011, este município tinha 381.729 euros de pagamentos com atraso superior a 1 ano e 145.236 euros com atraso superior a 8 meses. Ora, em 2011, este município, pelo facto de conceder isenção parcial de 1% no IRS dos respetivos munícipes (recebeu apenas 4%, dos 5% de participação a que tinha direito (sendo o único nos Açores a toma uma medida deste âmbito), deixou de receber 479.709 euros, o suficiente para pagar toda a dívida com atraso de mais de 1 ano e parte da dívida a mais de 8 meses de atraso. A verdade é que nos dois anos seguintes este município voltou a receber por inteiro os 5% de IRS, optando por não conceder qualquer isenção.

» **Prazo Médio de Pagamentos**

Pelo gráfico seguinte, podemos tirar algumas conclusões, sobre este assunto:

- 11 municípios reduziram os prazos de pagamento aos fornecedores
- 5 municípios registaram um prazo inferior a 60 dias
- 8 municípios ultrapassaram os 90 dias.
- No município de Vila Franca do Campo, o Prazo Médio de Pagamentos baixou de 462 para 262 dias, mas em contrapartida, no Nordeste aumentou de 125 para 331 dias.

**b) Acréscimos e diferimentos**

No Passivo, os acréscimos e diferimentos (conta 27) incluem as subcontas 273 (Acréscimos de custos) e 274 (Proveitos diferidos).

Na conta 273 incluem-se os pagamentos a efetuar no ano seguinte, mas que devem ser considerados custos do ano corrente, nomeadamente, juros, seguros e remunerações a liquidar. O valor global dos acréscimos de custos ascendeu a 6,4 M€ em 2011, baixando um pouco, face aos 7,9 M€ do ano anterior. Na maioria

dos municípios o valor desta conta diminuiu, sendo no entanto de destacar o caso de Angra do Heroísmo, onde se verificou um aumento de 61% e o Nordeste com uma redução de 69%.

Na conta 274, assume preponderância a subconta 2745 “Subsídios para investimentos”. É nesta conta que são registadas as comparticipações financeiras destinadas a investimentos, por contrapartida do recebimento de verbas, ou do envio de pedidos de pagamento, no caso dos fundos comunitários. Tratando-se de um proveito diferido, substitui naquele ano os proveitos que só serão registados nos anos seguintes, em simultâneo com o registo dos custos relativos à amortização do imobilizado objeto de comparticipação.

Em 2011, o valor total da conta 2745 era de 318,7 M€, aumentando 7%, relativamente a 2010. Em 2011, foram recebidos 25,5 M€ de apoios financeiros ao investimento, 18 M€ de fundos comunitários e 7,5 M€ do Governo Regional. O aumento verificado na conta 2745 foi inferior (20,2 M€), o que é normal, uma vez que esta conta vai sofrendo abatimentos pelas amortizações do imobilizado.

Se tivermos em consideração que a conta 2745 substitui a conta de proveitos, diferindo o registo destes, percebemos como é importante em termos de resultados líquidos a utilização desta conta. A sua não utilização traduz-se por concentrar o registo do proveito num só ano melhorando o resultado líquido desse ano e penalizando os anos futuros. O POCAL teve início em 2002, mas nem todos os municípios começaram a utilizar a conta 2745 desde esse ano. Vila do Porto só começou a utilizar esta conta em 2011, apesar de ter recebido cerca de 11 M€ de comparticipações no período 2002-2010. O município da Lagoa só em 2009 começou a efetuar registos, não obstante ter recebido 12 M€ entre 2002 e 2008.

Os efeitos sentem-se logo desde 2009 – os resultados líquidos, sempre acima de 2 M€ até 2008, baixam para 651 mil em 2009, 134 mil em 2010 e 365 mil em 2011.

Outro município em condições semelhantes é o de Santa Cruz das Flores, o qual, apesar de apresentar movimentos na conta 2745 desde 2003, estes eram de

reduzido valor até 2008. Em 2009 esta conta aumenta de 5.846 € para 198.574 €, 1,3 M€ em 2010 e 1,7 M€ em 2011.

#### **3.1.2.3. Fundos Próprios**

Esta componente do Balanço resulta da diferença entre o ativo e o passivo, traduzindo o valor líquido da entidade, daí também designar-se situação líquida. Em termos globais, os 19 municípios tinham em 2011 um ativo total de 1.242,8 M€ e um passivo total de 563,4 M€, resultando daí um valor global de 679,4 M€ de fundos próprios. Apenas o município da Calheta apresenta um valor negativo de fundos próprios (cerca de - 2 M€). Os valores mais elevados são os de Ponta Delgada (162 M€), Ribeira Grande (66 M€), Vila Franca do Campo (62 M€), Angra do Heroísmo (60 M€) e Horta (60 M€).

#### **3.1.3. Rácios do Balanço e da Demonstração de Resultados**

Apresentam-se no quadro seguinte alguns rácios, calculados a partir de elementos do balanço e da demonstração de resultados, bem como comentários, relativamente a alguns deles.



**QUADRO 21 - Rácios 2011**

	VPT	PDL	RGR	LAG	VFC	POV	NRD	AGH	PVT	SCG	CAL	VEL	SRP	LPC	MAD	HRT	SCF	LFL	CRV	RAA
Ativo Circulante / Passivo Circulante	1,08	1,04	0,30	0,31	0,66	0,01	0,16	0,95	0,29	4,62	1,19	0,16	19,68	12,79	0,33	1,17	19,12	1,96	1,62	<b>0,36</b>
Depósitos e Caixa / Passivo Circulante	0,85	0,21	0,15	0,16	0,20	0,01	0,01	0,69	0,03	4,28	0,85	0,01	8,88	9,25	0,05	0,10	17,08	1,95	0,93	<b>0,14</b>
Fundos Próprios / Fundos Alheios	19,90	5,28	3,59	3,54	1,95	0,51	2,25	2,24	1,83	5,24	-0,21	1,77	16,00	1,00	2,34	7,00	15,25	10,31	3,16	<b>2,85</b>
Fundos Próprios / Ativo Líquido	0,94	0,69	0,50	0,69	0,56	0,26	0,55	0,45	0,39	0,58	-0,11	0,44	0,74	0,25	0,41	0,66	0,85	0,67	0,43	<b>0,55</b>
Capitais Permanentes / Ativo Fixo	1,00	1,00	0,96	0,98	0,98	0,86	0,87	1,11	0,92	1,00	1,00	0,98	1,04	1,04	0,96	1,01	1,04	1,02	1,01	<b>0,99</b>
Ativo Fixo / Ativo Circulante	64,62	52,61	57,38	76,92	49,83	175,05	41,09	32,96	32,25	123,04	14,19	30,91	29,81	20,91	107,56	32,98	21,94	26,93	26,78	<b>41,64</b>
Ativo Líquido / Passivo Exigível	18,86	7,38	6,99	4,97	3,47	1,94	4,07	4,75	4,58	8,42	1,77	3,93	19,84	3,96	5,19	10,23	16,47	14,45	7,02	<b>5,08</b>
Imobilizado Bruto / Imobilizado Líquido	1,64	1,26	1,10	1,09	1,34	1,07	1,18	1,26	1,29	1,10	1,16	1,52	1,51	1,51	1,26	1,47	1,11	1,52	1,39	<b>1,28</b>
Imobilizado Líquido / Dívida médio e longo prazo	30,17	8,72	11,80	6,30	4,07	6,61	10,68	5,03	9,06	9,03	1,86	10,77	21,44	3,92	6,85	13,85	17,90	20,45	8,50	<b>7,47</b>
Proveitos Operacionais / Custos Operacionais	1,11	0,99	1,46	1,16	0,74	1,16	1,01	1,34	0,87	1,12	1,44	1,13	0,88	0,95	1,11	0,89	1,31	0,92	1,34	<b>1,07</b>
Proveitos Operacionais / Proveitos Totais	0,99	0,90	0,85	0,97	0,54	0,79	0,81	0,88	0,76	0,96	0,96	0,88	0,91	0,89	0,80	0,92	0,92	0,96	0,90	<b>0,86</b>

**» Liquidez Geral (Ativo Circulante / Passivo Circulante)**

Este rácio traduz a capacidade da entidade pagar as suas dívidas de curto prazo, utilizando os meios financeiros disponíveis (dinheiro em caixa e depósitos à ordem) e as dívidas de clientes e utentes a receber. É um dos rácios mais utilizados nas empresas, mas a sua utilização nos municípios requer algumas reservas, tendo em conta as especificidades destas entidades. Por exemplo, os municípios não classificam como dívida a receber no curto prazo os fundos do OE, não obstante tratar-se de uma receita certa. No entanto, nos termos da LCPA (Lei dos compromissos e dos pagamentos em atraso), constituem fundos disponíveis, as transferências ou subsídios com origem no Orçamento do Estado, relativos aos 3 meses seguintes, servindo assim, de contrapartida aos compromissos a assumir para o mesmo período.

Se verificarmos o quadro dos rácios constatamos que existem diferenças muito grandes entre os municípios, desde 0,01 (Povoação) a 19,68 (S. Roque do Pico). Os municípios com mais dívidas a fornecedores terão, em princípio, valores mais baixos, ao contrário dos que têm menos dívidas, ou daqueles que contraíram empréstimos de saneamento financeiro e transformaram essas dívidas de curto prazo a fornecedores em dívidas de longo prazo aos bancos.

Relacionado com este rácio, existe o Fundo de Maneio, que relaciona também o ativo e o passivo circulante, mas pela diferença e não pelo quociente entre ambos, dando como resultado um valor monetário, neste caso em euros. Com valores negativos de fundo de maneio, aparecem os municípios de Povoação (-25,2 M€), Nordeste (-9,6 M€), Praia da Vitória (-6,3 M€), Velas (-5,4 M€) e Ribeira Grande (-5,2 M€).

#### **» Liquidez reduzida (Depósitos e Caixa / Passivo Circulante)**

Neste caso, eliminam-se as dívidas a receber, avaliando-se a capacidade de pagar as dívidas de curto prazo, apenas com o dinheiro disponível. Os valores são inferiores, como é óbvio, baixando bastante em alguns casos.

#### **» Fundos Próprios / Fundos Alheios**

Os valores de Vila do Porto (19,90), S. Roque do Pico (16,00) e Santa Cruz das Flores (15,25) são claramente superiores aos restantes. Estes municípios estão no grupo dos menos endividados. No caso da Povoação, o valor é de 0,51 e em Vila Franca do Campo é de 1,95.

#### **» Ativo Fixo / Ativo Circulante**

O ativo fixo é o imobilizado líquido e o ativo circulante compreende a parte restante do ativo, ou seja as dívidas a receber, o dinheiro em caixa e nos bancos, e as existências. Nos municípios este rácio é sempre elevado, dado que o imobilizado representa uma grande parcela do ativo. Este rácio depende muito do registo correto das amortizações do imobilizado, pois se for considerado o imobilizado bruto no lugar do imobilizado líquido, o rácio fica ainda maior e esta será uma possível explicação para os valores muito elevados dos municípios da Povoação (175,05), Santa Cruz da Graciosa (123,04) e Madalena (107,56). Por exemplo, se compararmos os municípios de Vila Franca do Campo e da Povoação,

verificamos que no primeiro, o imobilizado líquido é de 75% do imobilizado bruto, mas no segundo já é de 93%.

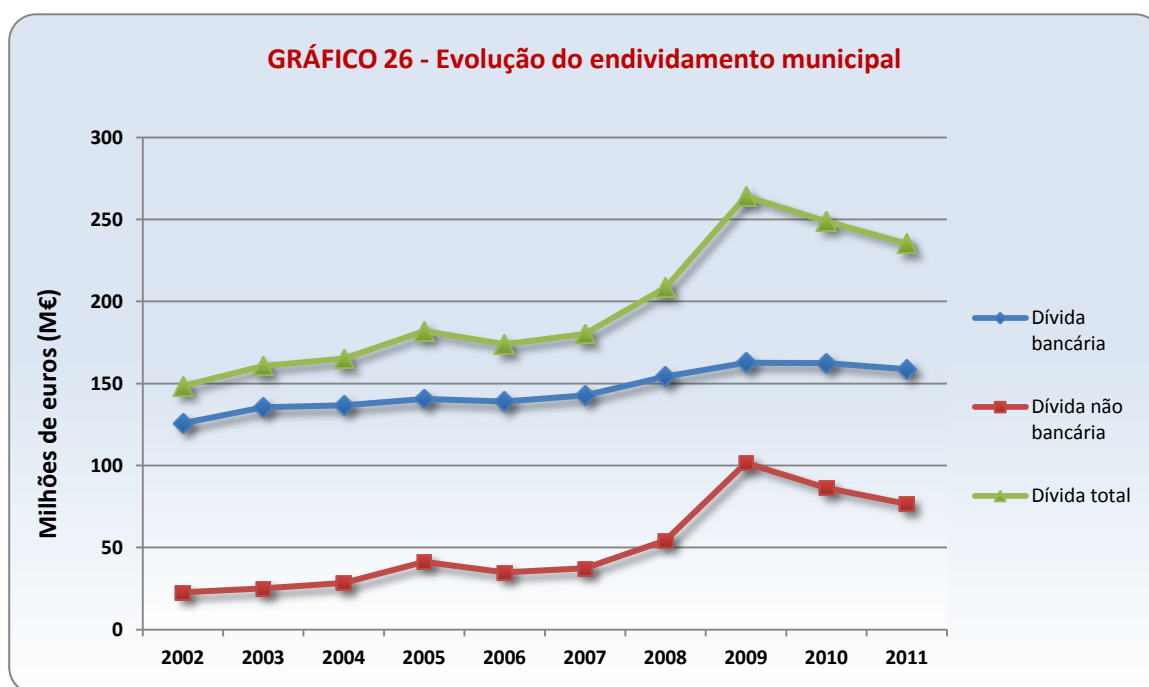
#### **» Proveitos Operacionais / Custos Operacionais**

Traduz o grau de cobertura dos custos operacionais pelos proveitos operacionais. Nos casos em que este rácio é inferior a 1, são os proveitos financeiros e extraordinários a suprir a diferença e por vezes não chega. Com este rácio inferior a 1 há a destacar os casos Vila Franca do Campo (0,74) e nos municípios de Praia da Vitória, S. Roque do Pico, Lajes do Pico, Horta e Lajes das Flores, todos eles com um rácio de 0,9. Nestes municípios, o resultado líquido do exercício é negativo. Os valores mais elevados são os de Ribeira Grande (1,46), Santa Cruz das Flores (1,31), Corvo (1,34) e Povoação (1,16).

## 4. ENDIVIDAMENTO

### 4.1. Evolução do Endividamento Municipal

A dívida total (bancos e outras entidades) dos municípios era de 235 M€ no final de 2011, tendo-se verificado uma descida no seu montante, pelo segundo ano consecutivo. Em 2009, a dívida total atingiu o seu ponto máximo (264 M€), motivado sobretudo pelo crescimento acentuado da dívida não bancária, a qual também desceu de forma visível nos últimos 2 anos. De facto, esta dívida baixou cerca de 18% nesse período, comparada com a dívida bancária, que apenas reduziu 1,4%.

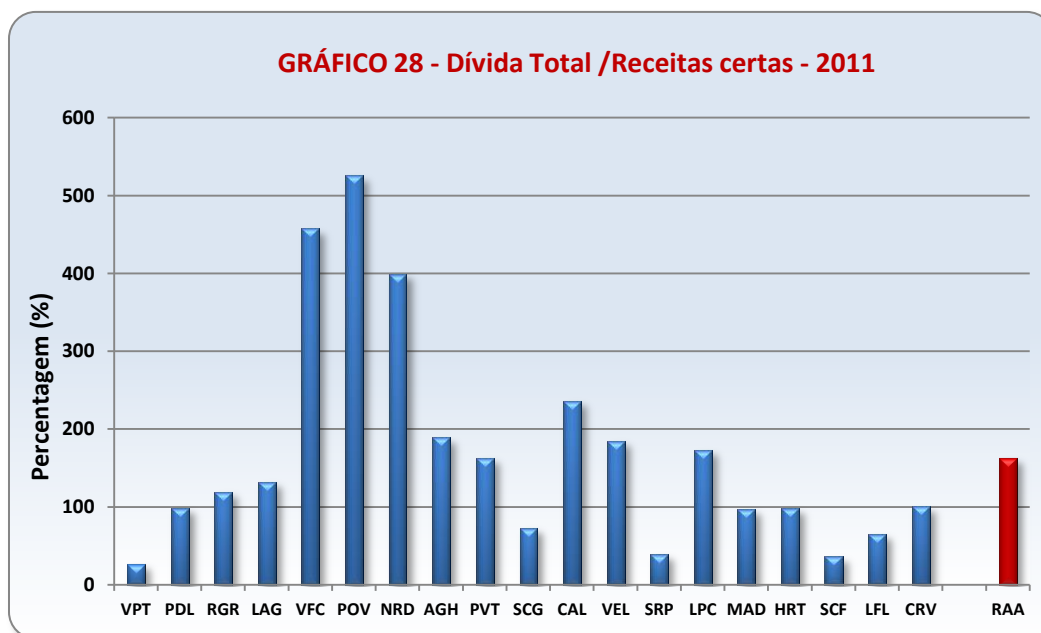


Infelizmente, a redução na dívida foi também acompanhada por uma redução nas receitas, nomeadamente das receitas certas (receitas próprias + fundos do OE).

Em 2011, a dívida bancária representava 111% das receitas certas, quando em 2010 esse rácio era de 103%. Esta variação não foi compensada nas outras dívidas, uma vez que este rácio quase não se alterou, passando de 54% para 53%.



Vejamos como se comportaram os municípios, relativamente ao rácio dívida total / receitas certas:



A dívida total ultrapassava os 400 % das receitas certas (receitas próprias + fundos OE) nos municípios de Vila Franca do Campo e Povoação, aproximando-se dos 400% no caso do Nordeste. Os valores mais baixos são apresentados por Vila do Porto, S. Roque do Pico e

Santa Cruz das Flores. Nos municípios maiores, Ponta Delgada fica ligeiramente abaixo dos 100% e Angra do Heroísmo aproxima-se dos 200%.

#### **4.1.1. Endividamento Líquido**

Existem diversas formas de abordar o tema do endividamento municipal, tendo em conta o valor da dívida, as receitas dos municípios, os encargos anuais, etc.

De acordo com a Lei das Finanças Locais, o endividamento líquido resulta da diferença entre as dívidas a pagar e as dívidas a receber, adicionadas das disponibilidades, excluindo-se deste cálculo a conta 3 - existências e a conta 27 – acréscimos e diferimentos.

O quadro seguinte mostra o ranking do endividamento líquido dos municípios da RAA, sem exclusão de empréstimos excecionados, uma vez que pretende mostrar a verdadeira dimensão da dívida municipal.

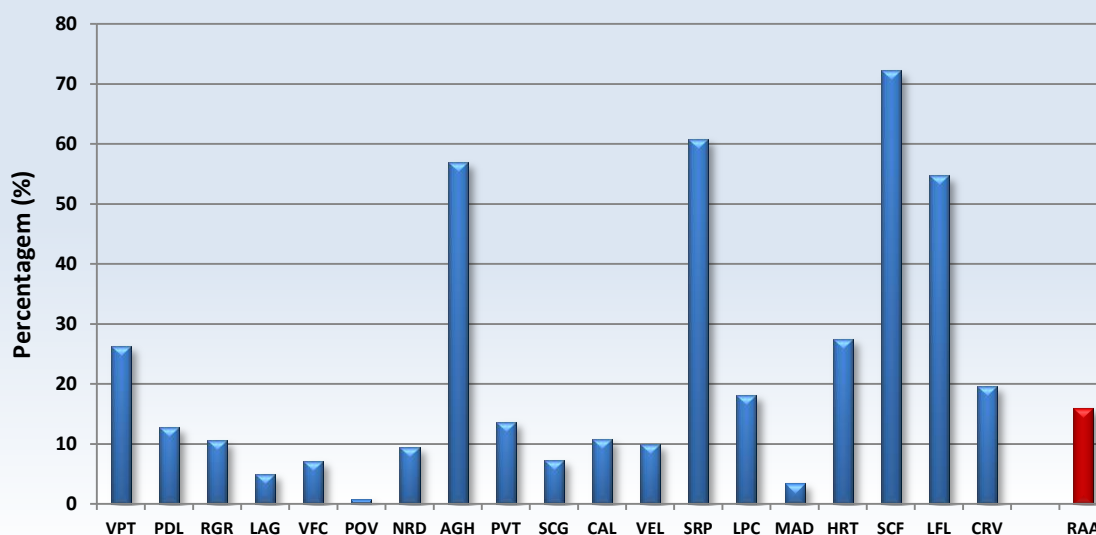
**QUADRO 22 - Endividamento Líquido – 2011**

Euros

MUNICÍPIOS	Dívidas a pagar (a)	Dívidas a receber (b)	Disponibilidades + títulos negociáveis (c)	Endividamento líquido (d) = (a) - (b+c)
POV	31.832.421,21	14.272,10	228.357,90	31.589.791,21
VFC	30.004.274,18	1.490.631,39	663.648,28	27.849.994,51
PDL	30.627.278,73	3.042.177,24	868.958,24	26.716.143,25
NRD	18.537.477,00	1.680.910,42	70.095,16	16.786.471,42
RGR	18.404.098,02	815.234,20	1.128.271,52	16.460.592,30
PVT	17.886.818,67	2.165.342,88	269.949,84	15.451.525,95
AGH	26.309.350,97	12.452.973,17	2.536.851,55	11.319.526,25
LAG	10.765.210,21	181.914,11	357.736,93	10.225.559,17
CAL	9.673.744,09	225.097,50	820.351,37	8.628.295,22
VEL	9.406.498,01	867.396,23	68.531,42	8.470.570,36
LPC	8.141.764,76	384.582,06	1.086.804,50	6.670.378,20
HRT	8.552.244,62	2.119.448,10	227.858,96	6.204.937,56
MAD	5.191.004,16	136.397,92	42.176,59	5.012.429,65
SCG	2.612.756,73	13.921,30	174.907,86	2.423.927,57
CRV	1.566.209,42	66.595,29	239.381,73	1.260.232,40
VPT	1.290.681,18	6.513,59	331.982,18	952.185,41
LFL	1.925.633,23	854,37	1.052.646,56	872.132,30
SRP	1.497.352,15	440.423,84	468.900,86	588.027,45
SCF	1.056.527,40	24.150,16	738.586,04	293.791,20
<b>TOTAL</b>	<b>235.281.344,74</b>	<b>26.128.835,87</b>	<b>11.375.997,49</b>	<b>197.776.511,38</b>

Em 2011, a um valor global de 235,3 M€ de dívidas a pagar, correspondia um total de 26,1 M€ de dívidas a receber e de 11,4 M€ de disponibilidades em depósitos e caixa, num total de 37,5 M€. Este último valor cobria 16% da dívida total, quando em 2010 representava apenas 11%.

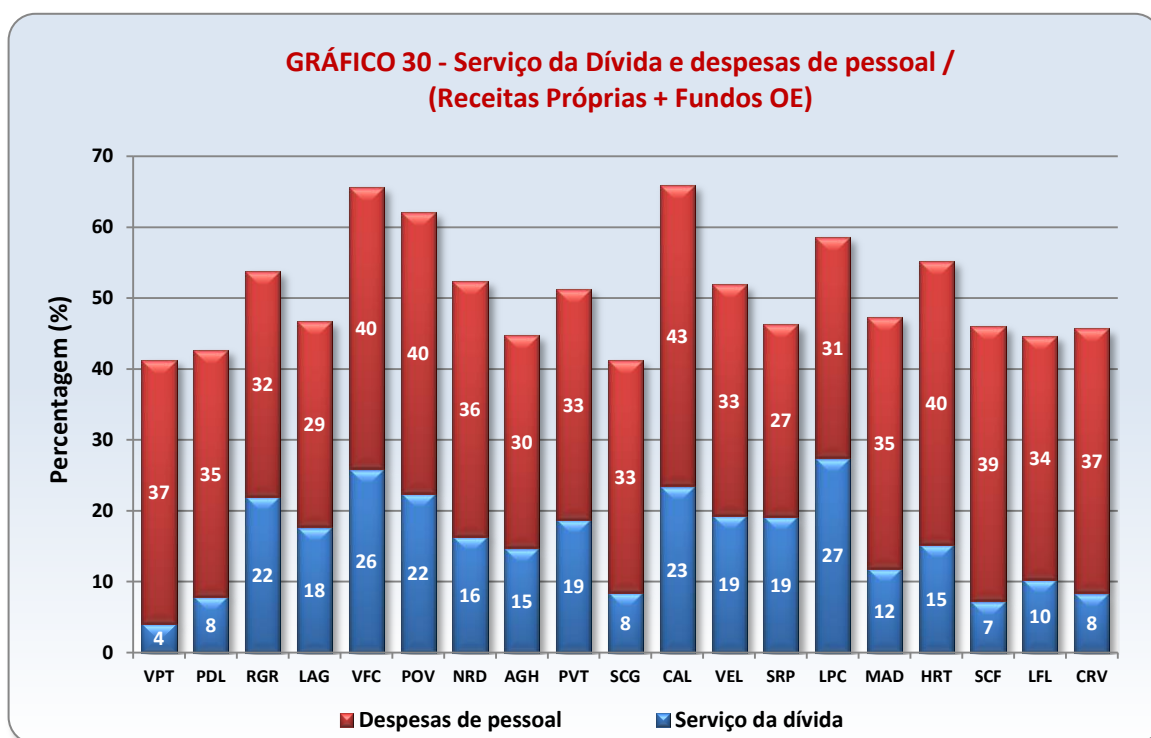
O gráfico seguinte mostra este rácio por município, no ano de 2011, dando outra perspetiva do endividamento líquido.

**GRÁFICO 29 - Cobertura das dívidas a pagar, pelas dívidas a receber + disponibilidades**

Aparecem alguns municípios com valores bastante superiores aos 16% de média regional, com destaque para os municípios das Flores, S. Roque do Pico e Angra do Heroísmo. Os valores mais baixos são apresentados pelos municípios da Povoação, Madalena e Vila Franca do Campo.

Para terminar este tema, abordamos o endividamento bancário pela perspetiva dos encargos anuais que este acarreta e do esforço relativo de cada município no cumprimento desses encargos. Apresenta-se um gráfico com a percentagem das receitas certas ou regulares utilizada no serviço da dívida anual. O valor relativo a Vila Franca do Campo foi calculado, no pressuposto de que este município não tivesse liquidado a totalidade de alguns empréstimos, substituindo-os por um empréstimo de saneamento financeiro. Às despesas com juros e amortizações foram adicionadas as despesas de pessoal, de modo a evidenciar o esforço de cada município, face a estas despesas obrigatórias e às receitas certas anuais de que dispõe, sendo no entanto possível apreciar em separado a importância destas duas despesas (serviço da dívida e despesas de pessoal, em separado).





Em 3 municípios, as despesas em análise ultrapassam os 60% das receitas regulares e em todos os 19 municípios a fasquia dos 40% é ultrapassada, sendo os valores mais baixos os de Vila do Porto, Santa Cruz da Graciosa, Ponta Delgada e Angra do Heroísmo. Nas despesas com a dívida, sobressaem os municípios de Calheta, Vila Franca do Campo, Povoação e Horta. Nas despesas de pessoal, os valores mais altos são os de Lajes do Pico, Vila Franca do Campo e Calheta.

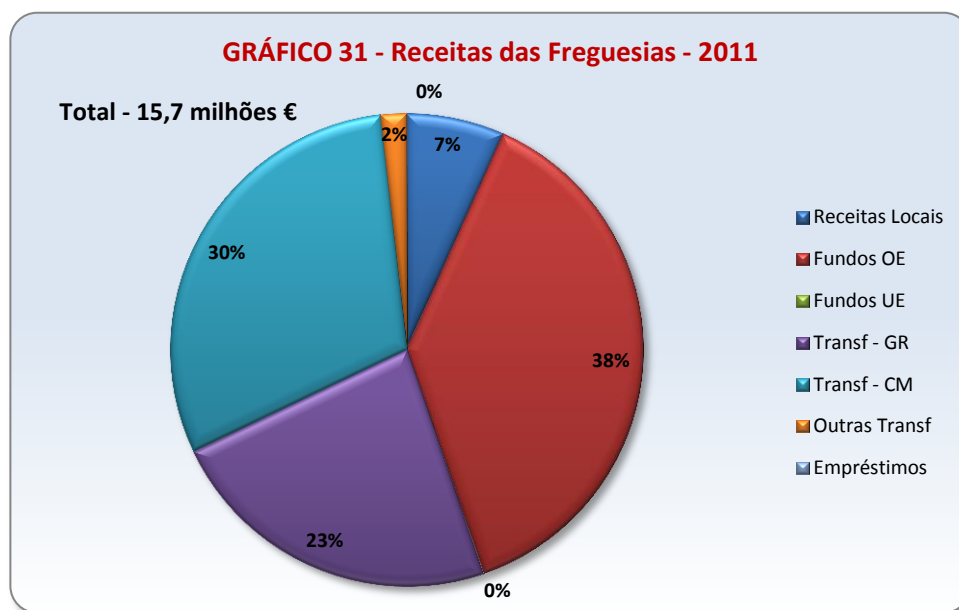
## 5. FREGUESIAS

As freguesias dos Açores movimentaram em 2011 cerca de 15,7 M€, verificando-se uma redução de cerca de 3%, relativamente ao ano anterior.

### 5.1. Receitas das Freguesias em 2011

As transferências provenientes do Orçamento do Estado, dos municípios e do Governo Regional, perfazem cerca de 91,4 % do total de recursos colocados à disposição das freguesias, aos quais se juntam 7% de receitas locais, derivadas de impostos (IMI rústico) taxas, serviços, juros, rendas, etc.

As transferências da União Europeia praticamente não têm expressão, tal como os empréstimos, que no caso das freguesias apenas podem ser de curto prazo e destinados a fazer face a dificuldades de tesouraria. Em 2011, apenas duas freguesias receberam verbas de fundos comunitários, no total de 16,7 mil euros, e no que respeita aos empréstimos, apenas uma freguesia contraiu um, no valor de 6.000 euros.

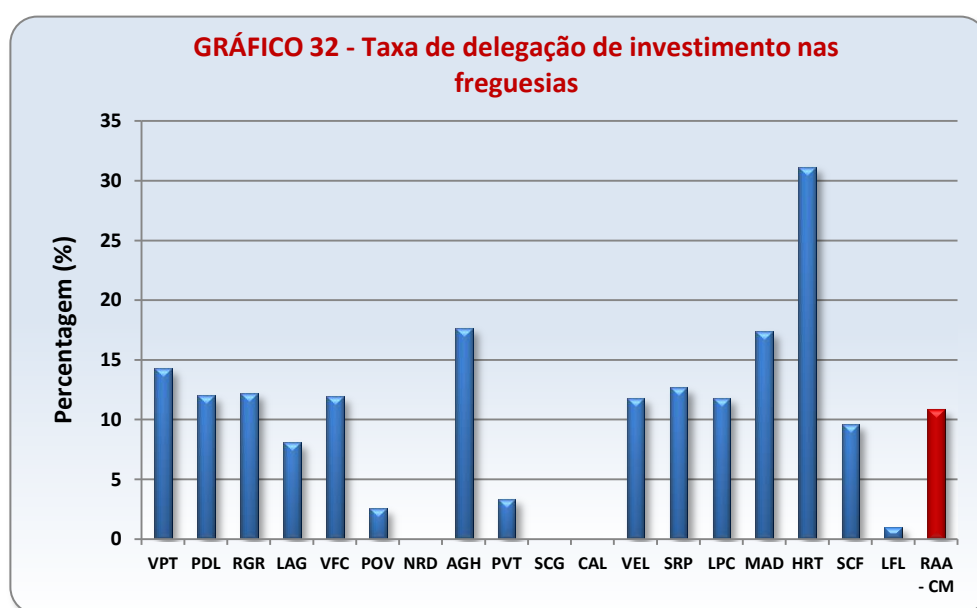


As **transferências do Governo Regional** registaram um aumento de 25% em 2011, ocupando 23% das receitas, em termos globais. Foram beneficiadas 118 das 155 freguesias (76%), sendo de destacar as freguesias de Arrifes (PDL) – 233.183 €, Ribeirinha (AGH) –

213.500 €, Maia (RGR) – 162.696 €, Ribeira das Tainhas (VFC) – 99.831 €, Furnas (POV) – 95.734 €, Porto Judeu (AGH) – 85.473 € e Serreta (AGH) – 80.700 €. Em 31 freguesias, as transferências do Governo Regional foram superiores às dos Fundos do Orçamento do Estado.

No que se refere às verbas recebidas dos municípios, estas atingiram 4,8 M€, o que equivale a 30% das receitas. Apenas 8 freguesias não receberam verbas dos municípios, 5 das quais do Concelho de Lajes das Flores.

O gráfico 32 mostra a taxa de delegação de investimento dos municípios nas freguesias, traduzida na percentagem do seu FEF de capital transferida para as freguesias. Considerou-se apenas o FEF de capital e excluiu-se outras receitas de capital como empréstimos e transferências do Governo ou da União Europeia, porque estas não são regulares, dificultando a comparação entre os municípios. O município do Corvo, por não ter freguesias, não foi considerado neste gráfico. O município da Horta surge destacado nesta análise, com uma taxa de delegação de 31%, seguindo-se os de Angra do Heroísmo (18%), Madalena (17%) e Vila do Porto (14%). Nordeste, Graciosa e Calheta apresentam valores nulos. Trata-se apenas de transferências de capital, já que, considerando as transferências correntes e de capital, apenas 8 freguesias não receberam dos municípios, como atrás foi referido.

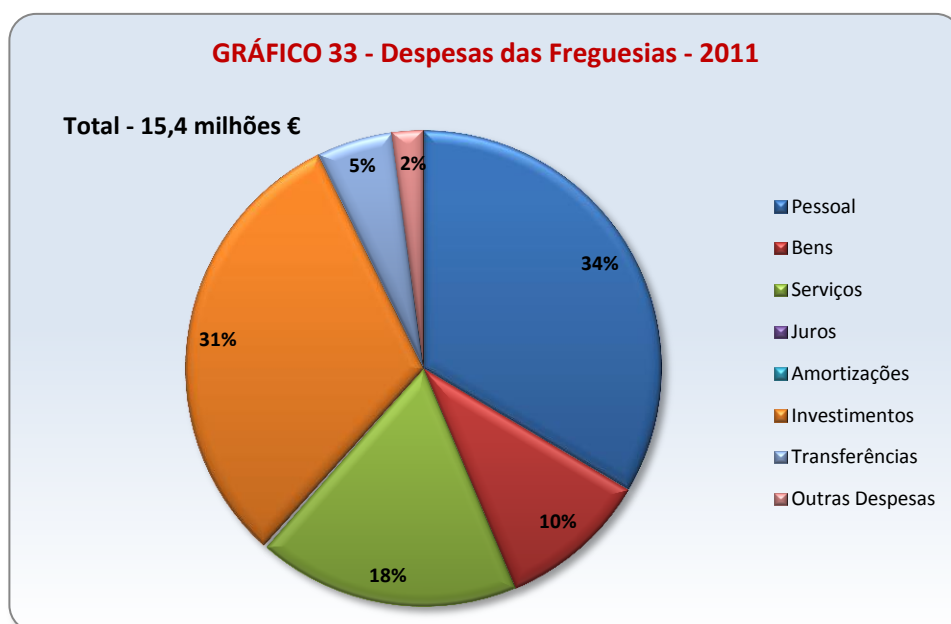


## 5.2. Despesas das Freguesias em 2011

Os 15,4 M€ de despesas realizadas pelas freguesias da RAA incidiram nas 5 grandes rubricas evidenciadas no gráfico seguinte. As despesas de pessoal e de investimento representam em conjunto cerca de 2/3 do total.

As despesas correntes são o dobro das despesas de capital, o que é normal, se tivermos em conta que as freguesias apenas recebem do OE transferências correntes e não podem contrair empréstimos de médio e longo prazo. Nos municípios, e em termos globais, as despesas correntes (99,2 M€) são quase iguais às despesas de capital (95,4 M€).

As freguesias de Arrifes, S. José e S. Pedro, todas do Concelho de Ponta Delgada, têm eleitos locais em regime de permanência e receberam cada uma, em 2011, do Orçamento do Estado, uma verba de 6.485 euros para pagamento de vencimentos e encargos do Presidente, suportando elas a parte correspondente à compensação a que os presidentes de junta têm direito, quando estão em regime de não permanência. Existem ainda outras 6 freguesias com presidentes em regime de permanência, mas não recebem qualquer apoio do OE porque não atingem o volume de receitas ou a dimensão populacional prevista na lei para poderem beneficiar desse apoio.



Os 4,8 M€ gastos em investimento foram aplicados em áreas como: rede viária (25%), construção e reparação dos edifícios sede das freguesias (10%), parques e jardins (8%), habitação (8%) educação e desporto (7%), material de transporte (4%) e equipamento e software informático (4%). De referir que 32% do investimento está classificado em rubrica residual (Outros), o que demonstra a inadequação do classificador económico das despesas públicas, relativamente às freguesias. Nos municípios, esta rubrica residual representa apenas 3,6% dos investimentos.

## **6. SÍNTESE DA ADMINISTRAÇÃO LOCAL - 2011**

Para concluir este trabalho sobre as finanças locais na Região Autónoma dos Açores em 2011, apresenta-se um conjunto de quadros síntese das receitas, despesas, áreas de investimento, execução orçamental e endividamento das diversas entidades do setor local, ou seja, municípios, serviços municipalizados, associações de municípios e freguesias. O setor empresarial local (SEL) não foi incluído nesta análise porque não utiliza o POCAL, como sistema de contabilidade, nomeadamente o classificador de receitas e despesas públicas, utilizando apenas o sistema de contabilidade de carácter patrimonial, baseada no SNC.

Nos referidos quadros síntese é possível observar, não apenas as receitas e despesas de cada conjunto de entidades (municípios, freguesias, etc.), mas também os fluxos financeiros e as dívidas entre eles.

Apesar de serem semelhantes, as verbas que constam nas contas dos municípios, como transferidas para as outras entidades, não coincidem exatamente com as verbas que estas registaram como receita. Ou por desfasamento no tempo (porque são registadas no fim do ano na entidade que transferiu e no início do ano seguinte na que recebeu), ou por deficiente classificação numa das partes. No entanto, os valores são semelhantes, como se pode ver pelas cores com que as verbas em causa foram assinaladas (Quadro 23).

O valor destes fluxos internos é de cerca de 7,5 M€, num total de 235 M€ de receitas e despesas de todo o sector da administração local. Num investimento global de 60 M€ (Quadro 24), 79% foi realizado diretamente pelos municípios, 10% pelos serviços municipalizados, mas com uma contribuição de 43% dos municípios, 3% pelas associações de municípios e 8% pelas freguesias, que no entanto receberam dos municípios verbas equivalentes a 100% do investimento total realizado.

No endividamento, de referir que a dívida total dos municípios era 235 M€, dos quais, sendo 28 M€ de dívidas a outras entidades da administração autárquica, incluindo o SEL. Os serviços municipalizados não apresentam dívida bancária porque os empréstimos são contraídos por intermédio dos municípios, pelo que a dívida aparece como dívida à administração autárquica.

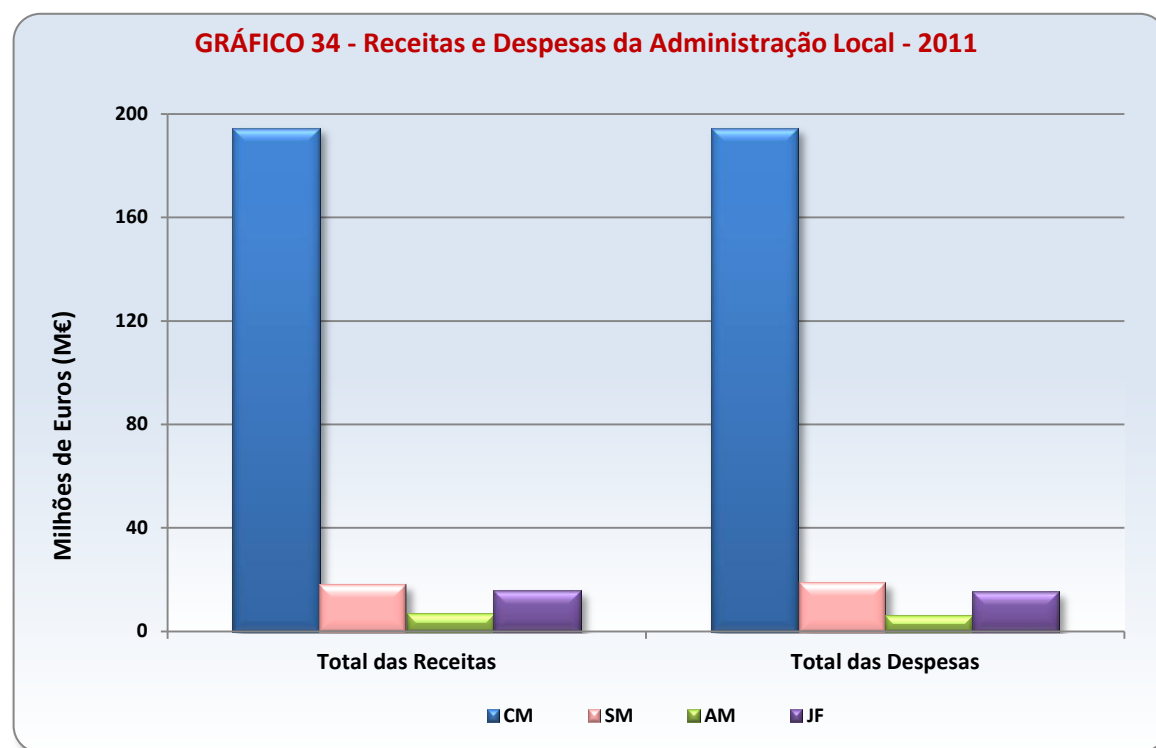
**QUADRO 23 – Síntese das Receitas e Despesas da Administração Local - 2011**

Euros

RECEITAS E DESPESAS	CM	SM	AM	JF	TOTAL - AL
Receitas Locais	49.092.088	15.321.238	5.187.387	1.051.774	<b>70.652.487</b>
Fundos Orçamento do Estado	95.777.056	0	0	5.981.154	<b>101.758.210</b>
Fundos Comunitários	18.097.459	0	1.334.463	16.711	<b>19.448.633</b>
Transferências - GR	7.737.930	0	29.870	3.632.996	<b>11.400.797</b>
Transferências - CM		2.698.552	177.574	4.772.308	<b>7.648.434</b>
Outras Transferências	2.383.019	103.758	177.491	274.887	<b>2.939.155</b>
Empréstimos	21.490.882	0	0	6.000	<b>21.496.882</b>
<b>Total das Receitas</b>	<b>194.578.435</b>	<b>18.123.548</b>	<b>6.906.785</b>	<b>15.735.831</b>	<b>235.344.598</b>
Pessoal	49.610.267	7.408.261	373.798	5.147.299	<b>62.539.625</b>
Bens	7.702.835	1.592.461	159.483	1.563.312	<b>11.018.091</b>
Serviços	19.653.923	2.442.385	2.435.891	2.734.713	<b>27.266.912</b>
Juros	4.054.515	38.863	76.702	21.520	<b>4.191.600</b>
Amortizações	24.830.226	264.308	88.023	13.372	<b>25.195.929</b>
Investimento	47.170.817	6.220.062	1.966.103	4.762.515	<b>60.119.497</b>
Transferências - SEL	19.260.109				<b>19.260.109</b>
Transferências - SM	2.704.552				<b>2.704.552</b>
Transferências - AM	125.554				<b>125.554</b>
Transferências - JF	4.570.679	0	0	328	<b>4.571.007</b>
Transferências - Instituições	8.639.150	3.676	0	514.237	<b>9.157.063</b>
Transferências - Famílias	830.950			80.140	<b>911.090</b>
Out Transferências	560.202	600.000	180.516	201.796	<b>1.542.513</b>
Outras Despesas	4.834.406	270.985	925.618	321.102	<b>6.352.111</b>
<b>Total das Despesas</b>	<b>194.548.184</b>	<b>18.841.002</b>	<b>6.206.134</b>	<b>15.360.334</b>	<b>234.955.654</b>

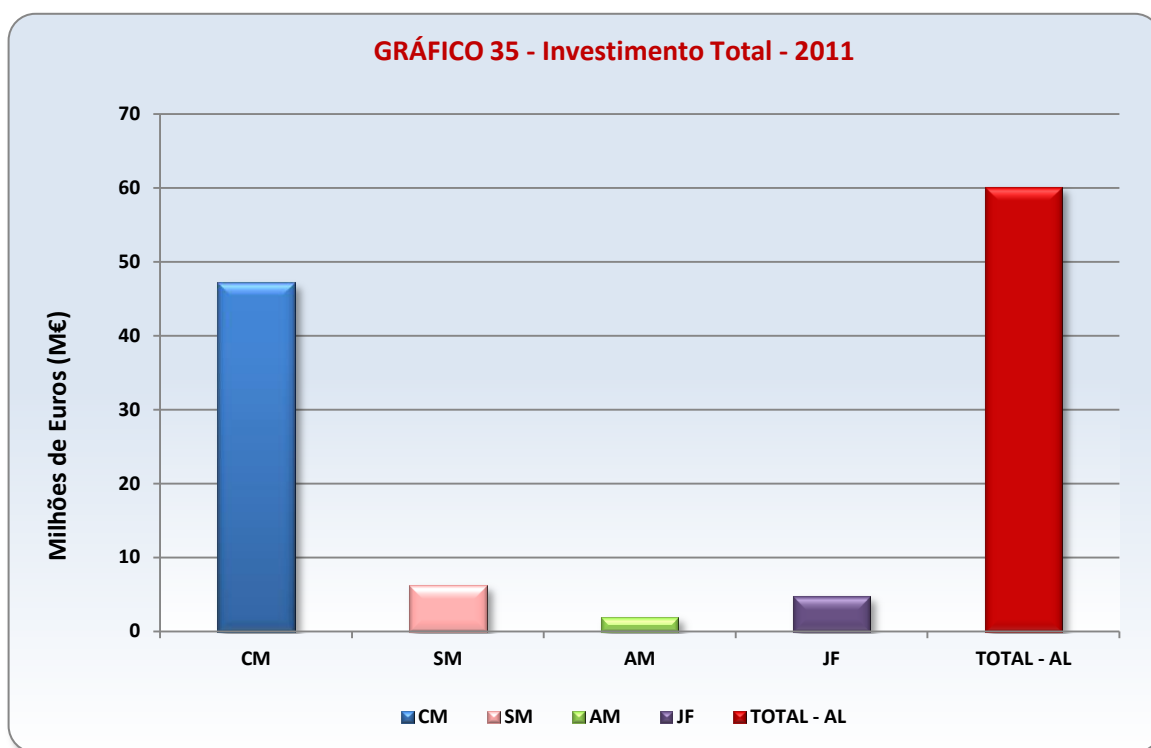
É interessante comparar o peso relativo de algumas receitas e despesas entre municípios e freguesias, em termos globais. As receitas totais das freguesias equivalem a 8% das receitas dos municípios, mas no caso das transferências recebidas do Governo Regional, as freguesias receberam quase metade (47%) do que receberam os municípios.

Nas despesas, as freguesias gastaram em pessoal 10% daquilo que gastaram os municípios, mas na aquisição de bens essa percentagem é de 20%, sendo de 10% no caso das despesas de investimento.

**GRÁFICO 34 - Receitas e Despesas da Administração Local - 2011****QUADRO 24 – Áreas de Investimento da Administração Local - 2011**

					Euros
ÁREAS DE INVESTIMENTO	CM	SM	AM	JF	TOTAL - AL
Terrenos e Habitação	2.463.835	76.451	1.603.112	389.318	4.532.716
Edifícios não desportivos	4.040.209	136.707	0	472.700	4.649.615
Educação e Desporto	8.076.570	0	0	336.037	8.412.608
Rede Viária	19.187.393	34.071	0	1.179.990	20.401.455
Água e Esgotos	4.762.278	4.776.897	0	360.546	9.899.721
Lixos	1.114.672	122.429	232.786	185.855	1.655.743
Outras Construções	2.491.915	0	0	133.105	2.625.020
Equipamento, Material Transporte	2.346.612	851.047	81.320	114.581	3.393.559
Informática	1.001.983	168.313	30.045	72.503	1.272.844
Outros	1.685.350	54.147	18.840	1.517.880	3.276.217
<b>Total de Investimento</b>	<b>47.170.817</b>	<b>6.220.062</b>	<b>1.966.103</b>	<b>4.762.515</b>	<b>60.119.497</b>





### QUADRO 25 – Execução Orçamental (Resumo) da Administração Local - 2011

*Euros*

EXECUÇÃO ORÇAMENTAL - RESUMO	CM	SM	AM	JF	TOTAL - AL
Saldo Inicial	8.986.306	1.748.806	587.941	3.196.177	14.519.230
Receitas Correntes	108.209.162	15.311.141	5.480.170	10.051.825	139.052.299
Receitas de Capital	86.179.525	2.806.736	1.426.615	5.680.247	96.093.123
Reposições n/ abatidas nos pag	189.747	5.671	0	3.758	199.176
Receita total do ano	194.578.435	18.123.548	6.906.785	15.735.831	235.344.598
Receita total do ano + saldo inicial	203.564.740	19.872.354	7.494.726	18.932.008	249.863.827
Despesas Correntes	99.186.281	11.756.632	4.128.462	10.342.715	125.414.090
Despesas de Capital	95.361.903	7.084.370	2.077.673	5.017.619	109.541.564
Despesa Total	194.548.184	18.841.002	6.206.134	15.360.334	234.955.654
Saldo Final	9.016.556	1.031.352	1.288.591	3.571.674	14.908.174

Comparando os saldos inicial e final, nota-se que ele não difere muito entre o início e o final do ano, nos municípios e nas freguesias, sendo que, em termos absolutos, o das freguesias é mais de um terço do dos municípios.

**QUIADRO 26 – Endividamento da Administração Local - 2011***Euros*

ENDIVIDAMENTO	CM	SM	AM	JF	TOTAL - AL
Dívida bancária	158.761.511		173.043	4.000	158.938.554
Dívida a outras autarquias locais e SEL	27.724.875	2.380.146			30.105.021
Outras dívidas	48.794.959	1.645.804	523.674	87.228	51.051.665
<b>Dívida total</b>	<b>235.281.345</b>	<b>4.025.951</b>	<b>696.717</b>	<b>91.228</b>	<b>240.095.240</b>

## **7. CONCLUSÃO**

Sobre o relatório das finanças locais no ano de 2011, podemos concluir o seguinte:

O ano de 2011 vem confirmar a tendência dos últimos anos, de redução das receitas municipais: 220 M€ em 2009, 215 M€ em 2010, 195 M€ em 2011 e para 2012 estima-se um valor de 180 M€.

As receitas totais diminuíram cerca de 10%, mas algumas receitas próprias sofreram reduções bem mais acentuadas, como é o caso do IMT - imposto municipal sobre transações de imóveis (-18%) e das licenças concedidas para loteamentos e obras (-35%) e para ocupação da via pública (-18%), resultantes do menor rendimento disponível dos cidadãos.

Apesar do abrandamento verificado nas receitas, os municípios, forçados pelos mecanismos legais, reduziram a sua dívida global de 249 M€ para 235 M€, e o prazo médio de pagamento aos fornecedores baixou de 107 para 91 dias, com 11 municípios abaixo dos 90 dias.

Todavia, em 2010, a dívida total equivalia a 157% das receitas certas e em 2011 passou para 165%.

Da dívida total de 235 M€, resulta uma dívida por habitante dos Açores de 954 euros, sendo que este valor ultrapassava os 2.500 euros em Vila Franca do Campo, Povoação, Nordeste e Corvo, e ficava abaixo dos 600 euros em Vila do Porto, Ponta Delgada, Ribeira Grande, Santa Cruz da Graciosa, S. Roque do Pico, Horta e Santa Cruz das Flores.

A redução de 20,6 M€ nas receitas de 2011 incidiu bastante mais nas receitas de capital (16,8 M€), pelo que foram as despesas de investimento que mais se ressentiram, baixando 34%.

Apesar das dificuldades sentidas, os municípios aumentaram em 150% as transferências de capital para as empresas municipais, que passaram de 4 para 10 M€. A estas transferências acrescem os subsídios à exploração, que sofreram uma redução de 1,6%, ficando nos 9 M€.

Os 2 serviços municipalizados, as 4 associações de municípios e as 155 freguesias receberam ao todo 40,8 M€, dos quais, 7,6 transferidos pelos municípios e 3,7 transferidos pelo Governo Regional.